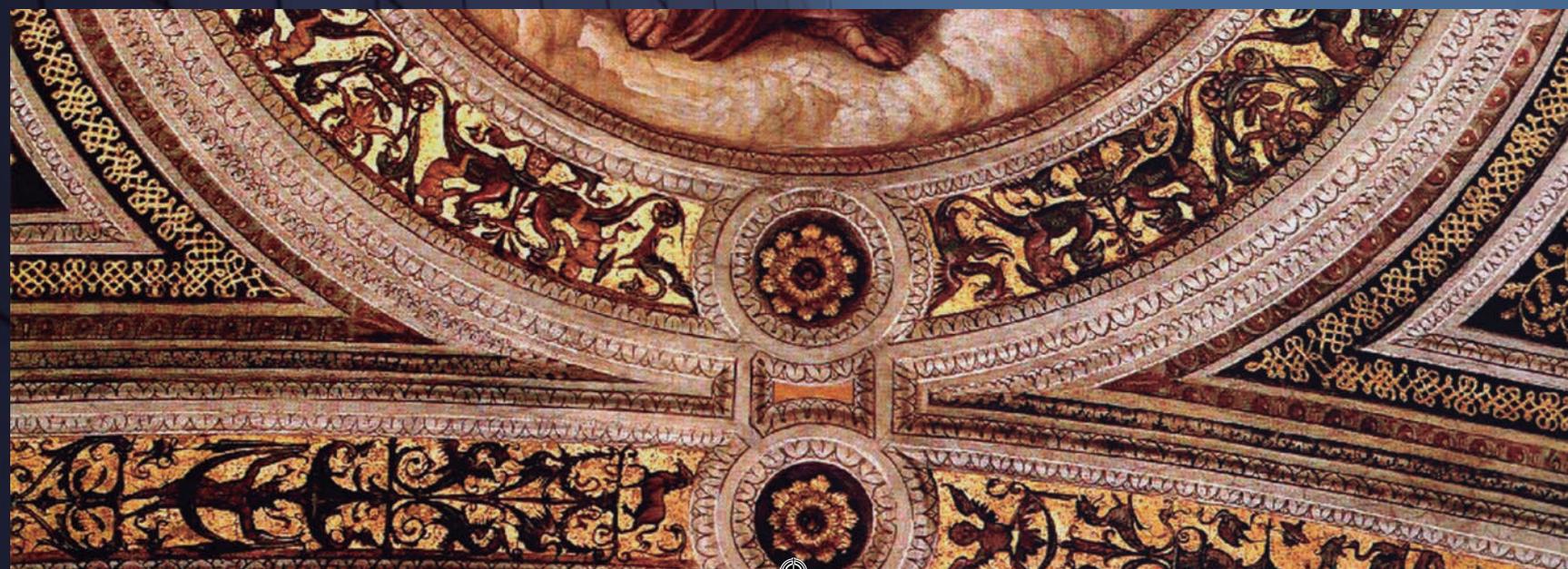
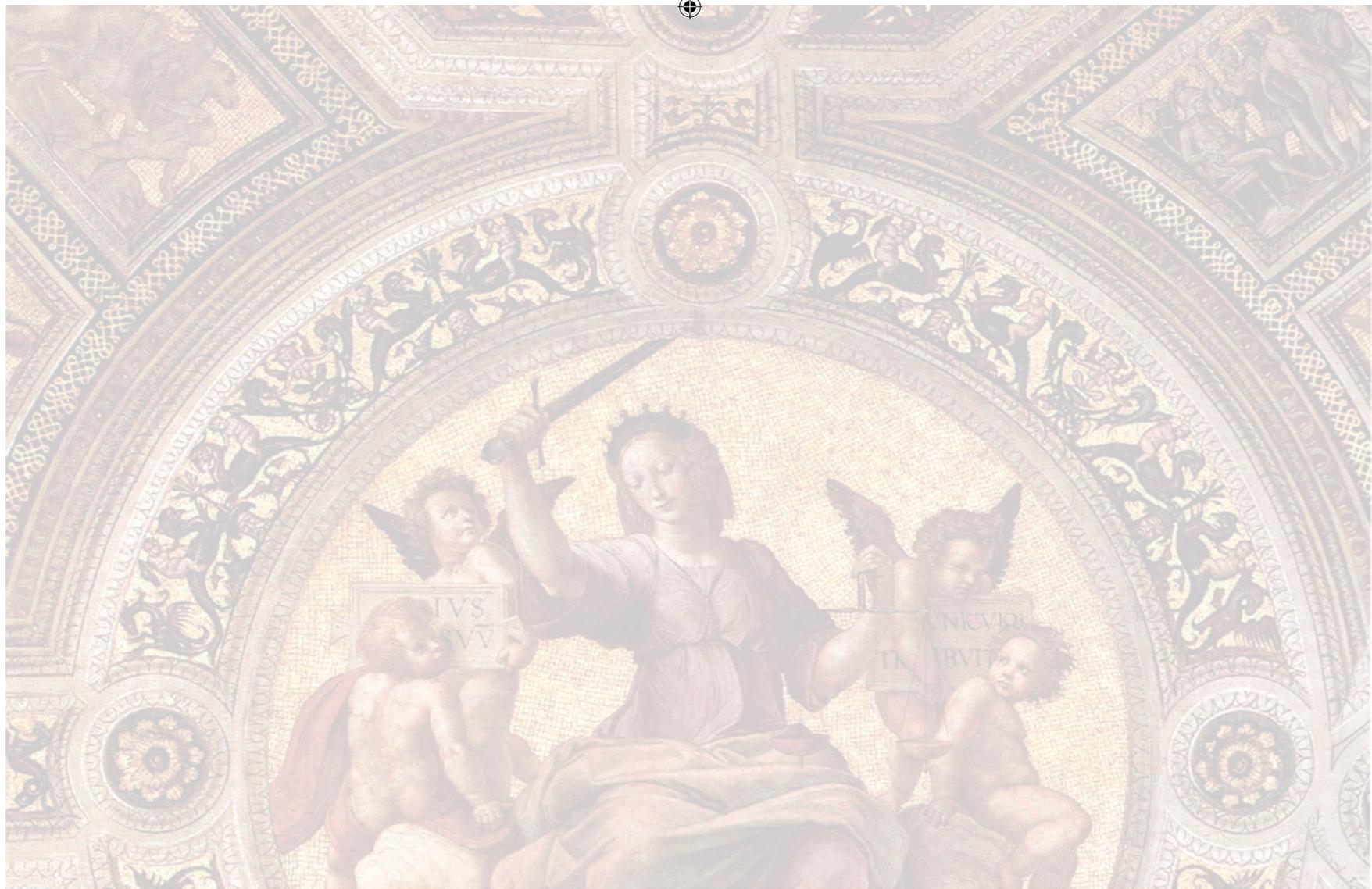




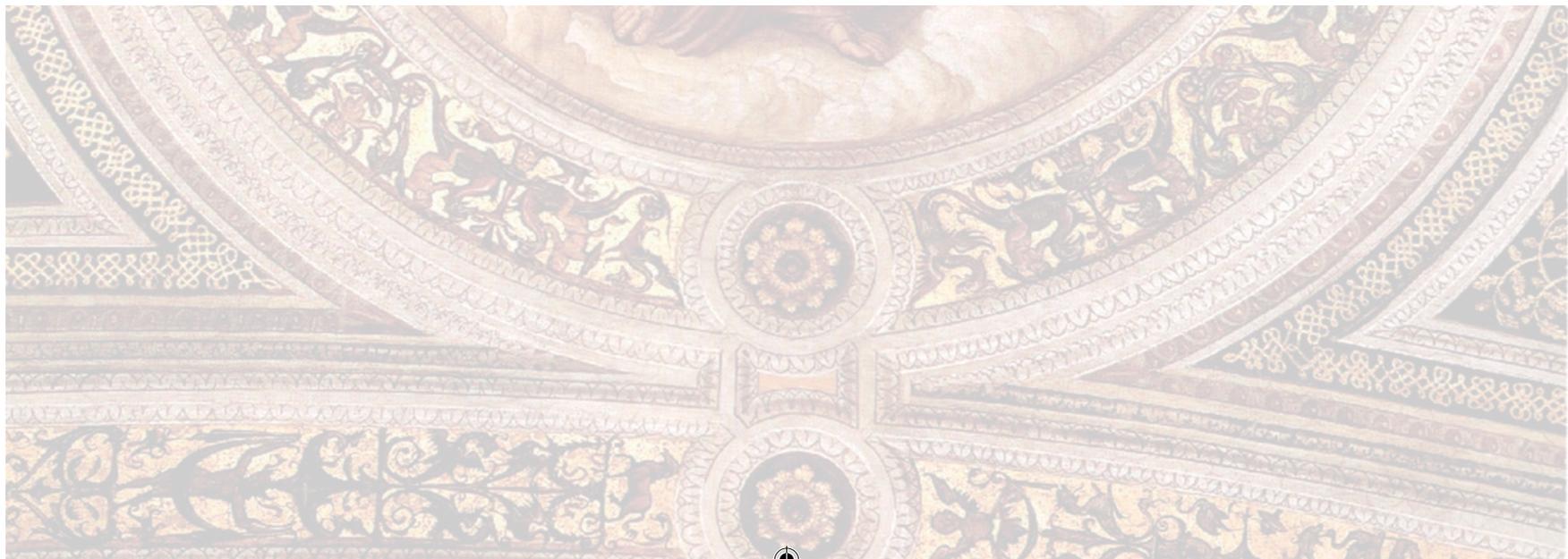
TRF₄: espaço de justiça e cidadania
Gestão 2011 – 2013







TRF₄: espaço de justiça e cidadania
Gestão 2011 – 2013





Composição do TRF4

PRESIDENTE

Desembargadora Federal Marga Inge Barth Tessler

VICE-PRESIDENTE

Desembargador Federal Luiz Carlos de Castro Lugon

CORREGEDOR REGIONAL

Desembargador Federal Tadaaqui Hirose

Desa. Federal Maria Lúcia Luz Leiria

Desa. Federal Maria de Fátima Freitas Labarrère – *Coordenadora dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região*

Des. Federal Paulo Afonso Brum Vaz – *Coordenador do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 4ª Região*

Des. Federal Luiz Fernando Wowk Penteadó – *Diretor da Escola da Magistratura*

Des. Federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz – *Conselheiro da Escola da Magistratura*

Des. Federal Néfi Cordeiro

Des. Federal Victor Luiz dos Santos Laus

Des. Federal João Batista Pinto Silveira

Des. Federal Celso Kipper

Des. Federal Otávio Roberto Pamplona – *Conselheiro da Escola da Magistratura*

Des. Federal Álvaro Eduardo Junqueira

Des. Federal Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle

Des. Federal Joel Ilan Paciornik – *Vice-Corregedor Regional da Justiça Federal da 4ª Região*

Des. Federal Rômulo Pizzolatti

Des. Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira – *Ouvidor*

Desa. Federal Luciane Amaral Corrêa Münch

Des. Federal Fernando Quadros da Silva

Des. Federal Márcio Antônio Rocha

Des. Federal Rogerio Favreto

Des. Federal Jorge Antonio Maurique

Des. Federal Cândido Alfredo Silva Leal Junior

Desa. Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha

JUÍZES CONVOCADOS

Juiz Federal Leandro Paulsen (Ato 424/2012)

Juiz Federal João Pedro Gebran Neto (Ato 598/2012)

Juíza Federal Salise Monteiro Sanchotene (Ato 518/2012)

Juiz Federal Roger Raupp Rios (Ato 148/2012)

Juiz Federal Sérgio Renato Tejada Garcia (Ato 364/2011)

Juiz Federal Nivaldo Brunoni (Ato 364/2011)

Ficha Técnica

Realização

Gabinete da Presidência, Diretoria-Geral e
Divisão de Comunicação Social

Coordenação

Vanessa Dias Corrêa

Redação

Analice Marques Bolzan
Patrícia Picon

Revisão

Rosane Marques Borba

Projeto gráfico e diagramação

Alberto Pietro Bigatti

Edição de Imagens

Diego Beck

Estagiário

Maurício Rodrigues Cauduro

Capa

Montagem sobre foto de Diego Beck e reprodução de afresco de Rafael Sanzio,
Stanza della Segnatura, Museu do Vaticano.

Pesquisa

Divisão de Comunicação Social
Arquivo/TRF4

Fotos

Ana Carolina/João Fábio p. 32, centro direita; p. 35, inferior esquerda; Luciana Tor-
nquist p. 76, Centro; Carlos Rodrigues p. 32, centro esquerda; Daniele Duarte p. 86,
superior direita; Eron Oliveira p. 103, inferior centro; Gustavo Lima SCO/STJ p. 110,
direita inferior; Imprensa JFPR p. 16, superior; p. 56, superior; p. 92, centro; p. 105,
inferior centro; Imprensa JFRS p. 103, superior direita; Imprensa JFSC p.41, superior
esquerda; Imprensa OABPR p. 104, inferior centro; Imprensa PF p. 110, esquerda;
Jackeline Moraes p. 56, centro; Jairo Cardoso p. 61, centro esquerda; Lucas Sabino
p. 35, centro; Mariana Mascarenhas p. 98, superior esquerda; Nelson Júnior p. 61,
inferior; p. 110, direita superior; Rodrigo Buss p. 19, superior direita; p.19, inferior di-
reita; Simara Adriana Otowicz p. 42, centro direita; Sylvio Sirangelo p. 42, superior;
p. 42, centro esquerda; p. 52, superior; p. 52, centro esquerda; p. 52, centro direita;
p. 55, superior; p. 55, centro esquerda; p. 55, centro direita; p. 55, inferior; p. 58,
superior; p. 104, centro esquerda; p. 104, centro direita; p. 104, inferior esquerda; p.
114, esquerda; Taís Chaves p. 41, superior direita; p. 52, inferior; Vanessa Dias Corrêa
p. 86, centro direita.

Demais fotos

Diego Beck

PORTARIA Nº 117, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2013.

Constitui grupo de trabalho para edição de material para registro, a título de me-
mória institucional, dos fatos e eventos da Justiça Federal no biênio 2011-2013.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso
das atribuições legais e regimentais, considerando o que consta no processo nº
12.1.000157112-0, resolve:

Art. 1º Constituir grupo de trabalho para a edição de material bibliográfico com
o registro dos fatos e eventos da Justiça Federal no biênio 2011-2013, da gestão,
essencialmente focada na memória institucional, com a seguinte composição:

I - ROGÉRIO WELTER, Assessor Chefe de Gabinete da Presidência (presidente)

II - ALBERTO PIETRO BIGATTI, da Coordenadoria de Gestão do Conhecimento e
Apoio à Diretoria-Geral.

III - ANALICE MARQUES BOLZAN, Diretora da Divisão de Comunicação Social.

IV - DIEGO ERIDSON BECK, da Divisão de Comunicação Social.

V - MÁRCIO BERNARDES JARDIM, Assessor da Assessoria Jurídica e Administrativa.

VI - PATRICIA PICON, da Divisão de Comunicação Social.

VII - PATRÍCIA VALENTINA RIBEIRO SANTANNA GARCIA, Diretora da Coordena-
doria de Gestão do Conhecimento e Apoio à Diretoria-Geral.

VIII - RODRIGO TIARAJU MACHADO DOS SANTOS, Assessor Adjunto da Presidência.

IX - VANESSA DIAS CORRÊA, Assessora Adjunta da Presidência.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

T818 TRF4 : espaço de justiça e cidadania : gestão 2011-2013 / Tribunal
Regional Federal da 4ª Região. – Porto Alegre, 2013.
117 p. : il. ; 25 cm.

1. Justiça Federal. 2. Poder Judiciário. 3. Tribunal Regional
Federal – História. I. Brasil. Tribunal Regional Federal. 4. Região.

CDU 347.992

Equipe da Gestão 2011–2013

Direção do Foro

Juiz Federal Eduardo Tonetto Picarelli
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

Juiz Federal Alcides Vettorazzi
Seção Judiciária de Santa Catarina

Juiz Federal Friedmann Wendpap
Seção Judiciária do Paraná

Auxílio à Presidência

Juiz Federal Sérgio Renato Tejada Garcia

Gabinete da Presidência

Rogério Welter
Assessor Chefe de Gabinete

Athos Froener Callegari
Assessor Judiciário

Diretorias

José Oli Ferraz Oliveira
Diretor-Geral

Regaldo Amaral Milbradt
Diretor Judiciário

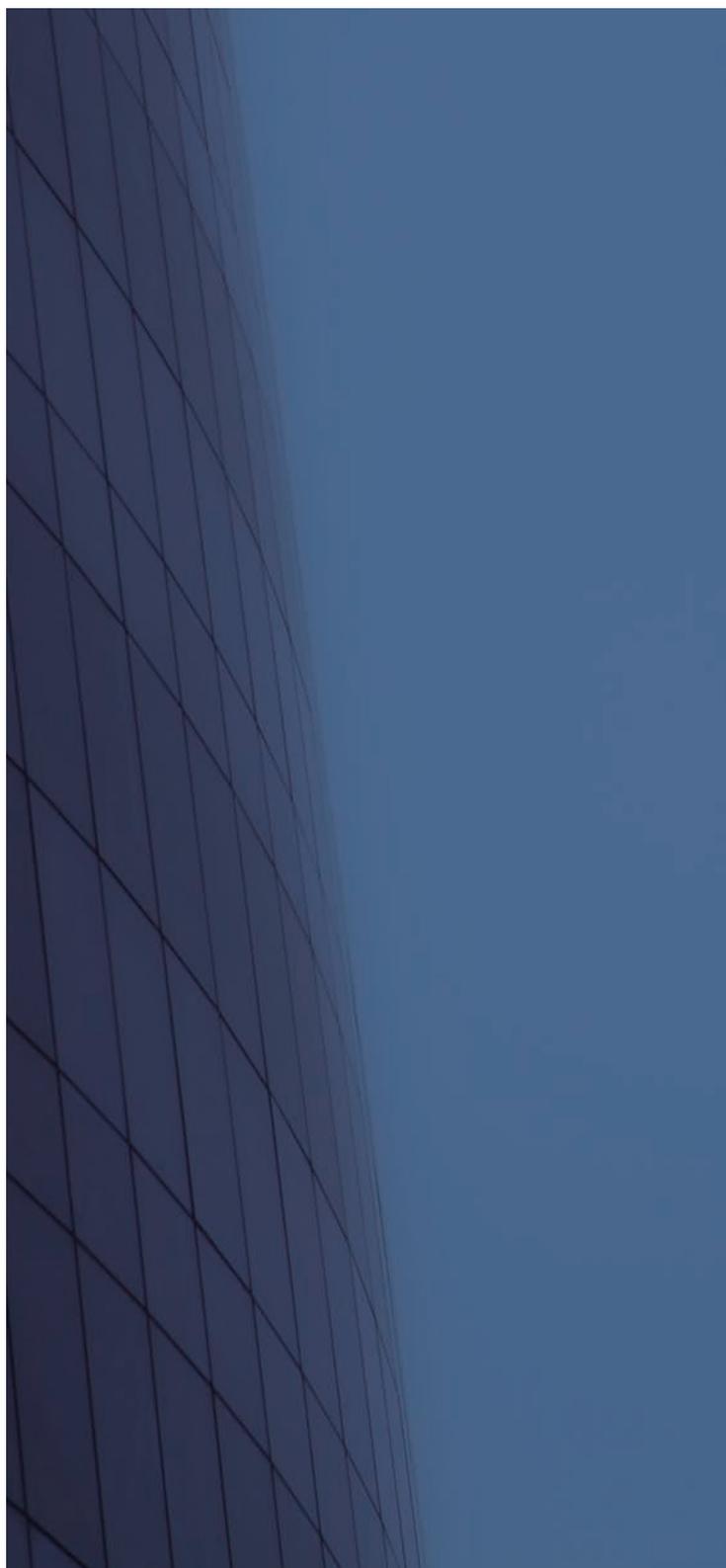
Alexandre Allegretti Venzon
Diretor Administrativo

Roberto Capeleti
Diretor Financeiro

Cristian Ramos Prange
Diretor de Tecnologia da Informação

Eduardo César Weber
Diretor de Recursos Humanos





13	O COMEÇO
21	TECNOLOGIA
39	GESTÃO
51	JUSTIÇA MAIS PRÓXIMA DO CIDADÃO
63	DIÁLOGO COM A SOCIEDADE
83	TRANSPARÊNCIA
89	PESSOAS
97	TRF ₄ SUSTENTÁVEL
101	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
107	RECONHECIMENTO



IVS
VV

ANKEVIR
IN
BVT



**Desembargadora Federal
Marga Inge Barth Tessler**
*Presidente do Tribunal Regional
Federal da 4ª Região*

Apresentação

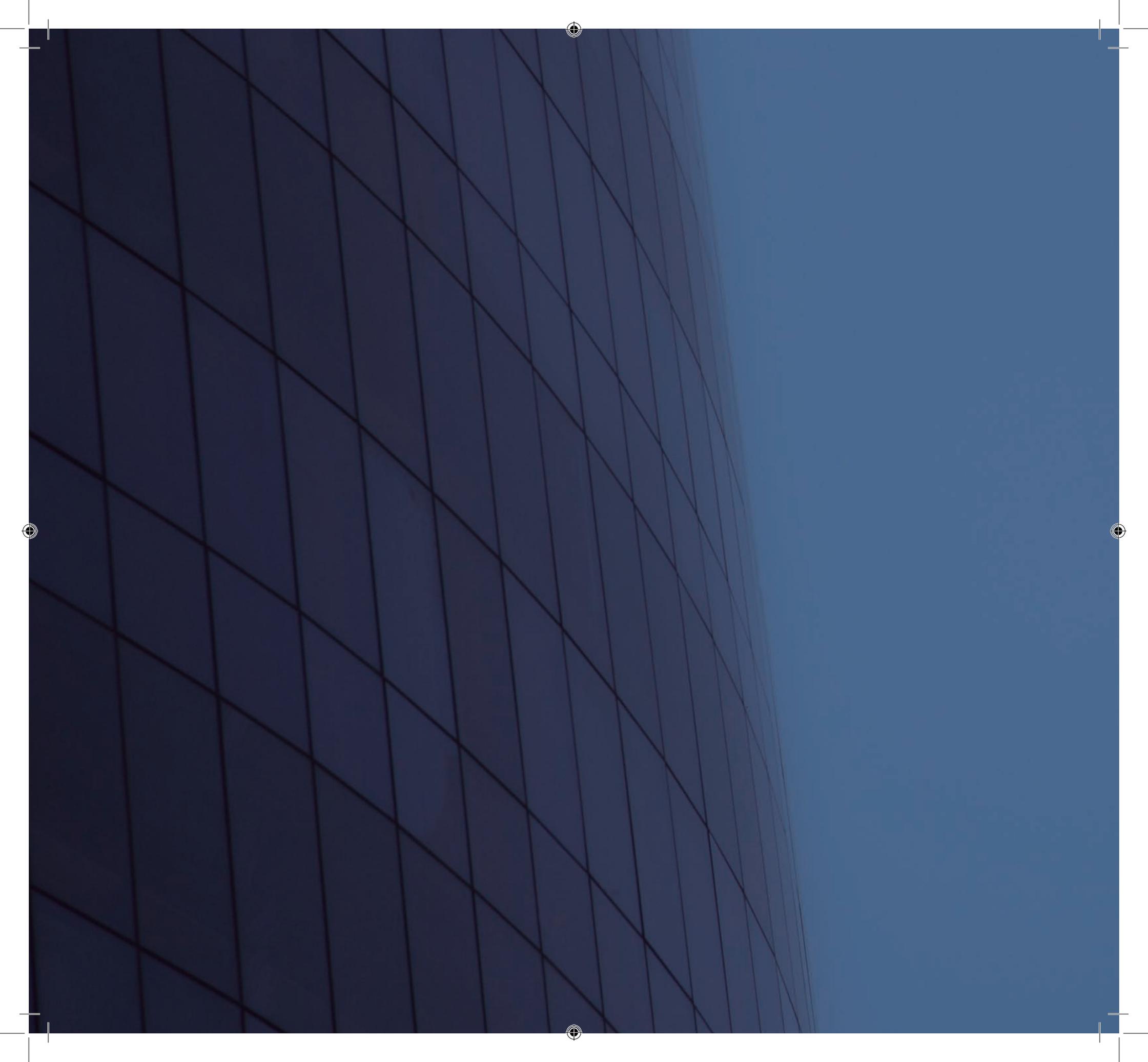
Ao longo de anos de magistratura, acompanhei a criação do TRF₄, a estruturação e a modernização desta valorosa instituição. Passamos das pilhas das ações em papel à agilidade dos processos eletrônicos judicial e administrativo. Mudanças na forma e no conceito de trabalho. Mas não no conceito e nos valores da Justiça, que sempre regeram esta corte.

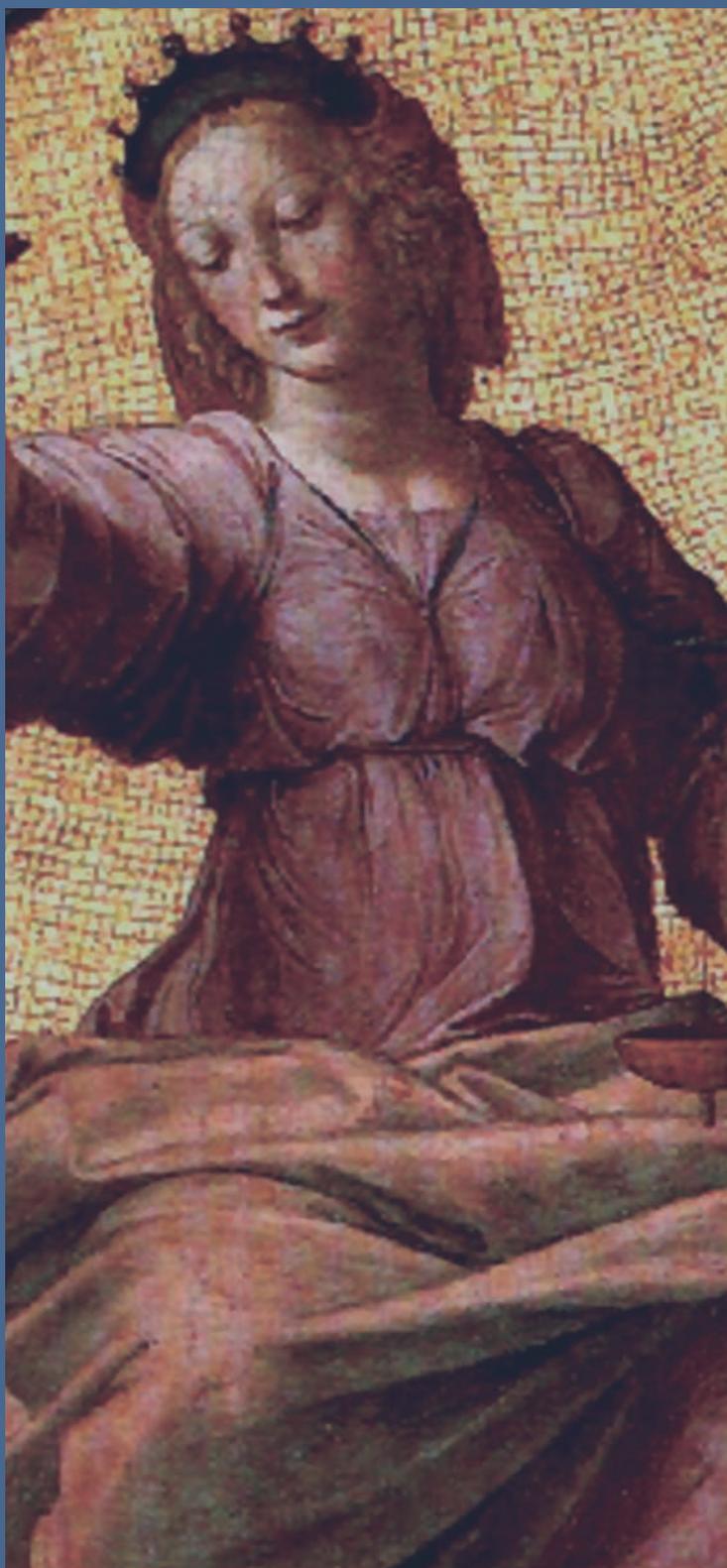
Estas mudanças de cultura que a tecnologia impõe aos nossos tempos, me levam sempre a refletir sobre uma frase de um filósofo alemão de que gosto muito. Heidegger, no livro "Ser e Tempo", disse que "o homem é filho do cuidado no seu percurso temporal no mundo".

Deixo aqui um registro de parte do cuidado da equipe do TRF₄ com a instituição e com as pessoas que dela fazem parte. Todo o trabalho relatado nesse livro é fruto do cuidado de magistrados e servidores com o bem público e com a prestação de serviço de qualidade à sociedade, que é o nosso objetivo.

Somos cidadãos honrados e conscientes da responsabilidade de ocupar a Administração desta casa neste "percurso temporal" de dois anos. Agimos com todo o "cuidado" que nos recomenda Heidegger, em busca de uma prestação jurisdicional eficiente e célere.

Agradeço aos companheiros de jornada, magistrados e servidores, que, com certeza, continuarão atuando com todo o "cuidado" necessário para que o TRF₄ mantenha e amplie sua excelência.





o começo

Desafio lançado: manter e ampliar a tradição do TRF4 de eficiência e inovação. Para isso, uma equipe dedicada não mede esforços para continuar as boas práticas desenvolvidas e criar novas alternativas para prestação de uma Justiça efetiva e ágil.

Magistrados e servidores engajados num projeto único de prestar um serviço de qualidade à sociedade.





Desembargadora federal Marga Inge Barth Tessler é a nova presidente do TRF4

20 de junho de 2011

Assume a nova administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) para o biênio 2011-2013. Juntamente com a nova presidente, Marga Inge Barth Tessler, tomaram posse os desembargadores federais Luiz Carlos de Castro Lugon, como vice-presidente, e Tadaaqui Hirose, como corregedor regional.

Pela primeira vez, as assinaturas dos termos de posse dos novos dirigentes foram feitas digitalmente, utilizando o Sistema Eletrônico de Informações (SEI).



“É a confiança do público na independência das cortes, na integridade de seus juízes e na imparcialidade e eficiência de seus processos que se sustenta o sistema judiciário de um país e a própria democracia”.

Desembargadora Federal Marga Inge Barth Tessler



Novos diretores das Seções Judiciárias

JFPR

28 de junho de 2011

O juiz federal Friedmann Wendpap assume a Direção do Foro da Seção Judiciária do Paraná com a vice-diretora, a magistrada Vera Lúcia Feil Ponciano.

JFSC

29 de junho de 2011

A presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, desembargadora federal Marga Inge Barth Tessler, reconduz à Direção do Foro da Justiça Federal em Santa Catarina (JFSC) o juiz federal Alcides Vettorazzi, que tem como vice-presidente a juíza federal Luísa Hickel Gamba.

JFRS

30 de junho de 2011

A Seção Judiciária do Rio Grande do Sul tem como diretor do foro o juiz federal Eduardo Tonetto Picarelli e como vice-diretor juiz federal Guilherme Pinho Machado.



“A Justiça Federal deve servir ao povo, por isto a importância da honestidade e da transparência na administração judicial, pois nosso papel é agir pela proibidade administrativa, com eficácia na prestação de serviços.”

Juiz Federal Friedmann Wendpap

“Realizou-se, sereno e com comprometimento com a instituição, o trabalho do dia a dia, imperceptível, mas a consumir energias dos nossos sempre mesmos recursos humanos, como se vê, estamos, gradativamente, buscando a meta de 100% julgados para 100% distribuídos”

Juiz Federal Alcides Vettorazzi



“Interiorização, juizados especiais federais, conciliação e processo eletrônico são importantes ações que se destinam a alcançar e concretizar a missão prevista em nosso planejamento estratégico”

Juiz Federal Eduardo Tonetto Picarelli

Coordenadorias e órgãos do TRF4 têm novos dirigentes

O desembargador federal Joel Ilan Paciornik assume como vice-corregedor regional da Justiça Federal da Região Sul, enquanto Luiz Fernando Wowk Penteado dirige a Escola da Magistratura (Emagis) do TRF4, contando com Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz e Otávio Roberto Pamplona como conselheiros. A Ouvidoria da JF da 4ª Região fica sob a responsabilidade do desembargador federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira.

Os Juizados Especiais Federais (JEFs) da Região Sul têm como coordenadora a desembargadora federal Maria de Fátima Freitas Labarère e, como vice-coordenador, o desembargador federal João Batista Pinto Silveira. Já o Sistema de Conciliação (Sistcon) da 4ª Região é dirigido pelo desembargador federal Paulo Afonso Brum Vaz.

Na composição do Conselho de Administração do tribunal, além de Marga, Lugon e Hirose, os desembargadores federais Élcio Pinheiro de Castro e Victor Luiz dos Santos Laus, como titulares, e Fernando Quadros da Silva e João Batista Pinto Silveira, como suplentes.



Novos desembargadores do TRF4

Durante a presidência da desembargadora federal Marga Inge Barth Tessler no TRF4, quatro novos desembargadores foram empossados .

11 de julho de 2011

Desembargador federal Rogerio Favreto

“Sou advogado por vocação e inicio essa nova missão disposto a emprestar todo meu esforço na busca da Justiça. O desafio do Judiciário é julgar rápido e bem, pois atrás de cada processo, existem pessoas, famílias, vidas em jogo”.

24 de fevereiro de 2012

Desembargador federal Jorge Antonio Maurique

“Há fome de Justiça, e é nossa tarefa saciá-la. Se conseguirmos saciar essa fome de uma só pessoa, ao final de um dia, já estaremos ajudando a reduzir a fome de toda a sociedade.”

22 de junho de 2012

Desembargador federal Cândido Alfredo Silva Leal Junior

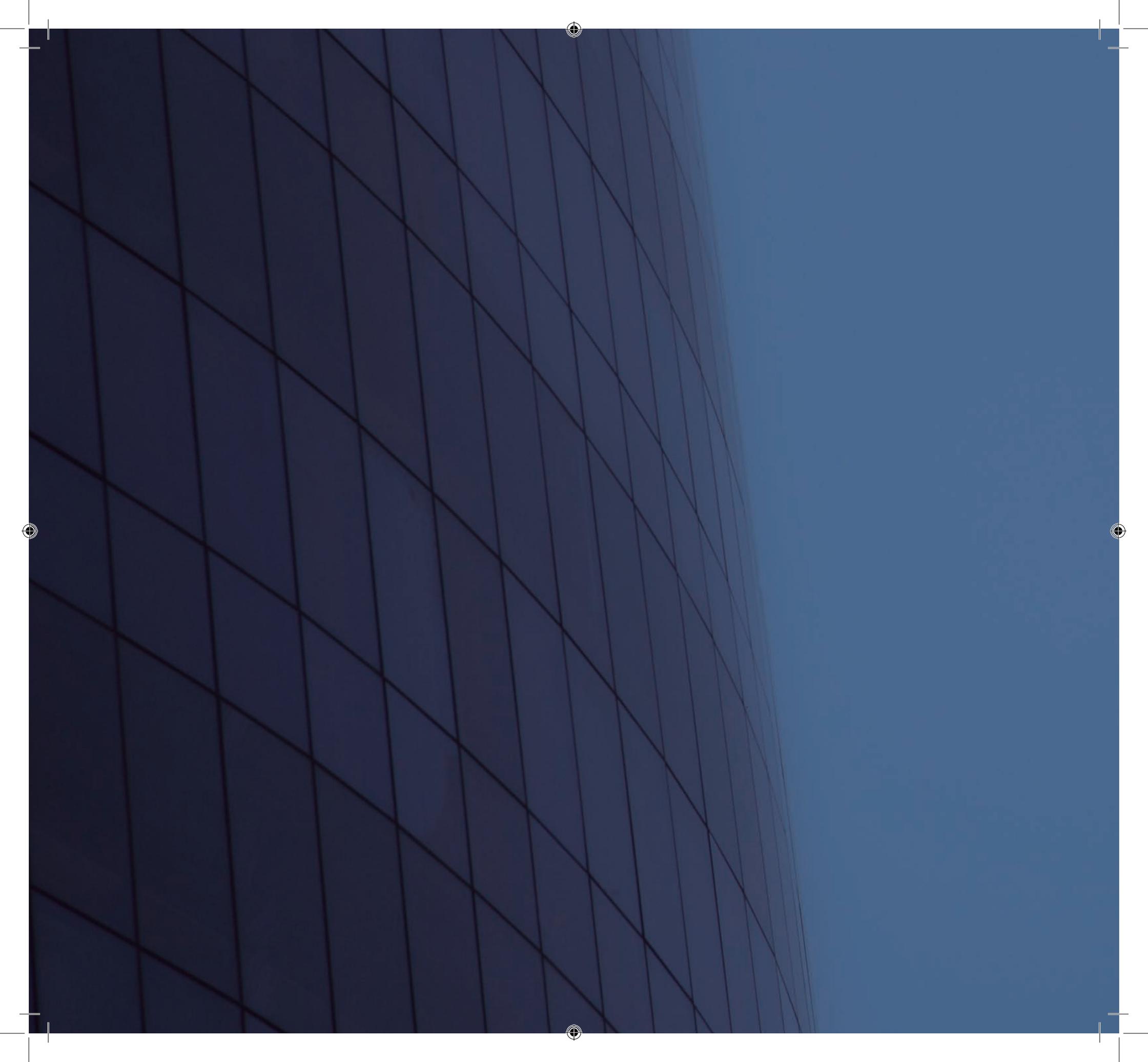
“Sempre me esforcei para ser um bom juiz. Cuidei dos meus processos. Estudei, pensei, refleti, nunca parei de aprender. Aproveitei todas as experiências que a vida e os outros me proporcionaram ao longo desse caminho. Sou grato a todos os que me permitiram aprender. Acho que usei bem o tempo que passou.”.

8 de novembro de 2012

Desembargadora federal Vivian Josete Pantaleão Caminha

“Contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional e a expansão institucional da Justiça Federal. Essas experiências me permitiram compreender e melhor entender o ser humano e a complexidade dos relacionamentos interpessoais, o que muito me auxiliou na nossa tarefa maior, a tormentosa tarefa de julgar”.







tecnologia

Investimento em tecnologia. Um caminho sem volta, como sempre salienta a presidente, desembargadora federal Marga Tessler. Esta é a via percorrida pelo TRF4 há muito tempo.

O foco na qualidade e na efetividade da prestação jurisdicional impulsiona o pioneirismo do TRF4 quando o assunto é processo eletrônico. São da 4ª Região os primeiros processos eletrônicos judiciais (eproc) e administrativos (SEI) do judiciário federal do país. Sistemas desenvolvidos por magistrados e servidores, com baixo custo para os cofres públicos e com total segurança de dados e informações.

Nestes dois anos, foi priorizado o aperfeiçoamento dos sistemas e a criação de novas ferramentas para facilitar e agilizar o trabalho. Com a tecnologia como uma grande aliada, novas soluções também foram encontradas, como o sistema de videoconferência para acabar com a carta precatória em matéria criminal, adotado como modelo na Justiça Federal de todo país.



O primeiro sistema processual eletrônico do judiciário federal brasileiro traz a marca do pioneirismo da 4ª Região. Enfrenta o desafio de dar uma resposta mais rápida ao cidadão e também a preocupação com o meio ambiente, acabando com o uso do papel. Totalmente desenvolvido por servidores de tecnologia da informação da Justiça Federal da 4ª Região, o eproc garante a segurança das informações e baixo custo para os cofres públicos, com o uso de *software* livre.

O sistema começou a ser utilizado em 2003 nos Juizados Especiais Federais (JEFs). Em 2009, foi implantado nas varas federais comuns e, em 2010, chegou ao TRF4. Atualmente, os processos em todos os graus e matérias de jurisdição são eletrônicos na 4ª Região.

Novas ferramentas do eproc

Facilidades para a advocacia privada | Março de 2012

Os advogados privados podem utilizar o eproc para melhor administrar seus processos. A ferramenta possibilita a criação de um “escritório virtual” para os advogados, com *download* completo dos processos.

O cadastramento da sociedade de advogados é feito nas Seções Judiciárias, no Núcleo de Apoio Judiciário. É preciso apresentar os atos constitutivos da sociedade de advogados e solicitar o registro da sociedade e do seu advogado titular. Aqueles que não possuem sociedade e que trabalham em escritório próprio, podem cadastrar um assistente, que poderá ser o estagiário com registro na OAB ou estudantes de direito que trabalhem sem registro na Ordem dos Advogados do Brasil, pois ainda estão no início do curso.

“O eproc é a melhor ferramenta para ampliar o acesso à justiça e combater a morosidade na prestação jurisdicional”

Juiz Federal Sérgio Renato Tejada Garcia





Processômetro: mais transparência para a sociedade

O TRF₄ disponibiliza no portal www.trf4.jus.br o “processômetro”. A ferramenta atualiza *on line* o número de ações eletrônicas que chegam à Justiça Federal no Sul do país, por meio do sistema eprocv2.

O número é referente a ações eletrônicas distribuídas na Justiça Federal desde outubro de 2009 em todas as Subseções Judiciárias do Rio Grande do Sul (RS), de Santa Catarina, (SC), do Paraná (PR), no TRF₄ e também nos Juizados Especiais Federais (JEFs), Juizados Especiais Avançados (JEFAs) e Unidades de Atendimento Avançadas (UAAs).

Intimação eletrônica da AGU | Abril de 2012

Um termo assinado entre o TRF₄ e a Procuradoria Regional da União na 4ª Região marca a adesão da Advocacia-Geral da União ao Sistema de Intimação e Notificação por Meio Eletrônico do tribunal.

Com a inclusão dos processos que tramitam no meio físico, todas as notificações e intimações do tribunal dirigidas à AGU ocorrem por meio eletrônico.

Os advogados da União passam a ter acesso ao sistema através de *login* e senha cadastrados, com liberdade de horário e local para consultas via internet. No caso de acesso à mensagem em dia em que não houver expediente forense, o prazo passa a contar no primeiro dia útil subsequente. Se o acesso não for feito durante 10 dias corridos contados da data do envio, a intimação passa a ser considerada efetivada no primeiro dia útil após o final do prazo.

Agravo só eletrônico | Março de 2013

A interposição de agravos de instrumento de processos físicos na Justiça Federal da 4ª Região passa a ser feita por meio eletrônico, no sistema eproc (menu Petição Inicial).

A determinação vem por meio da Resolução nº 2, de 07 de janeiro de 2013, que altera a Resolução nº 17/2010, que regulamentou o processo eletrônico – eproc v2 no âmbito na JF da 4ª Região.

Com a interposição eletrônica do agravo no sistema eproc de segundo grau, fica dispensada a juntada da cópia nos autos do processo originário.

Checklist de baixa e arquivamento

Permite verificar as pendências antes que seja realizada a baixa do processo.

Controle de prescrição penal

Alimentar os dados criminais para controle dos prazos prescricionais, dentro das diversas fases processuais.

Agendamento de eventos

Possibilita o agendamento do evento a ser lançado no momento da assinatura do documento pelo magistrado.

“O TRF₄ é extremamente avançado no campo da tecnologia da informação, especialmente pelo uso do processo eletrônico judicial, o eprocv2. É um sistema que funciona plenamente”.

Corregedor-geral da Justiça Federal, ministro do STJ João Otávio de Noronha, no encerramento dos trabalhos de inspeção no TRF₄ em 2012.



eproc e saúde

TRF4 cria uma comissão inédita para lidar com impactos do eproc na saúde de magistrados e servidores.

Pela primeira vez na Justiça Federal foi instituída uma portaria (nº 1.035, de 13 de setembro de 2011) para regular a criação, designar integrantes e determinar a proposição de medidas para monitorar os efeitos do uso do processo virtual no trabalho.

A comissão é formada por juízes, servidores e médicos do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS (Sintrajufe) e da Secretaria Médica e Odontológica do TRF4.

Com caráter multidisciplinar, a comissão faz um mapeamento dos possíveis efeitos provocados pelo uso do processo eletrônico e propõe ações práticas. Entre os principais objetivos estão o aperfeiçoamento do sistema e suas ferramentas e também uma melhor qualidade de vida para os usuários, em razão da virtualização do trabalho.

A comissão tem como presidente o desembargador federal Cândido Alfredo Silva Leal Junior e como integrante a juíza federal Eliana Paggiarin Marinho (JFSC), além de representantes do TRF4, da JFRS e do Sintrajufe.

Rede de multiplicadores de informações

Com base em estudos de ergonomia para o trabalho, pessoas estão sendo treinadas para orientar os colegas sobre a adoção de medidas saudáveis para melhor conviver com o processo eletrônico.

Pausa pela qualidade de vida

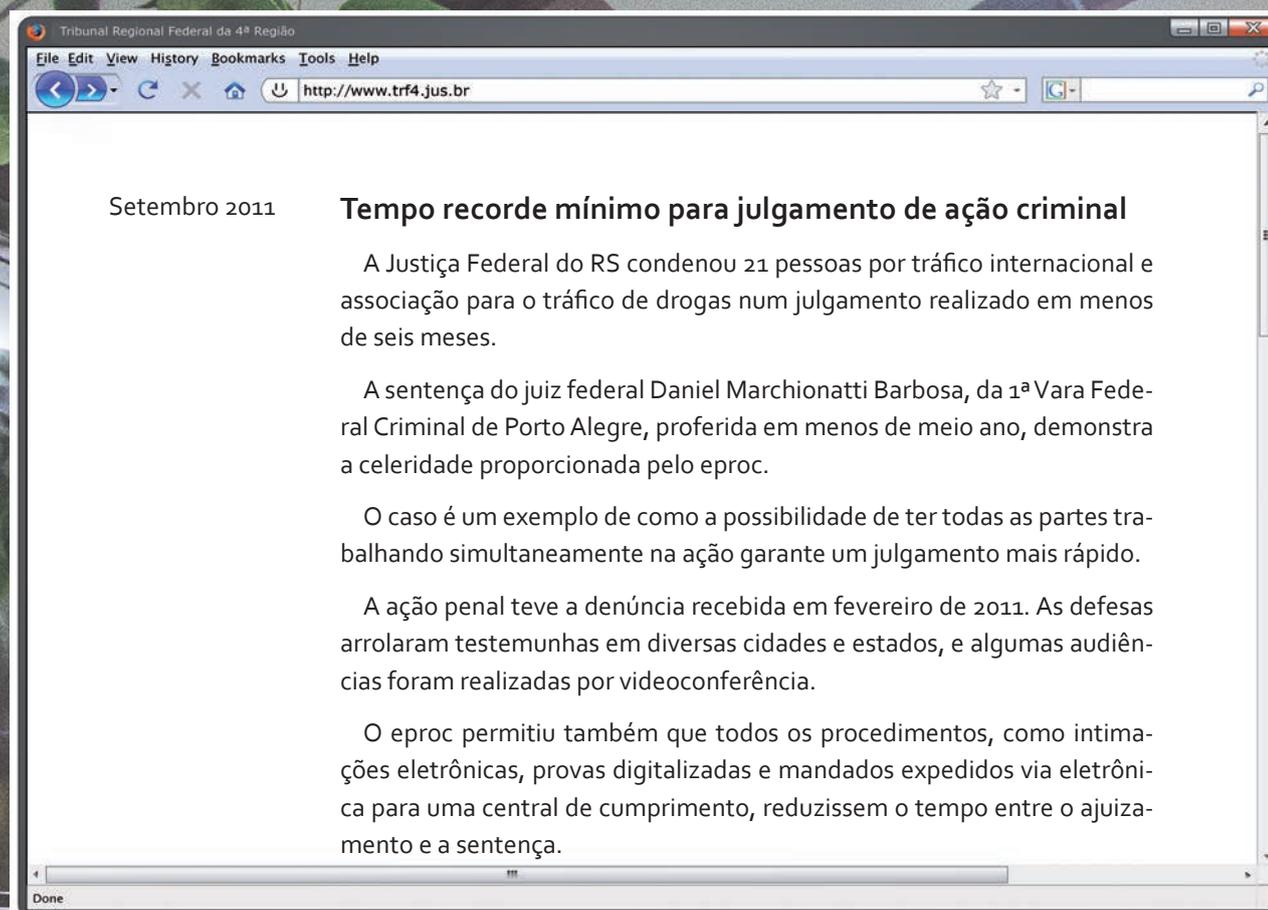
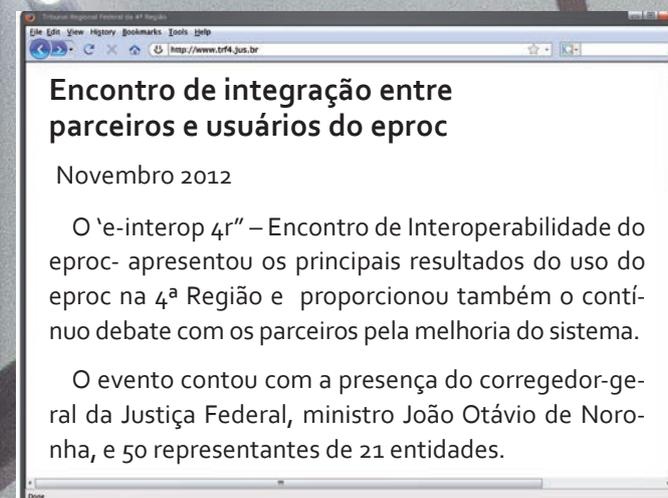
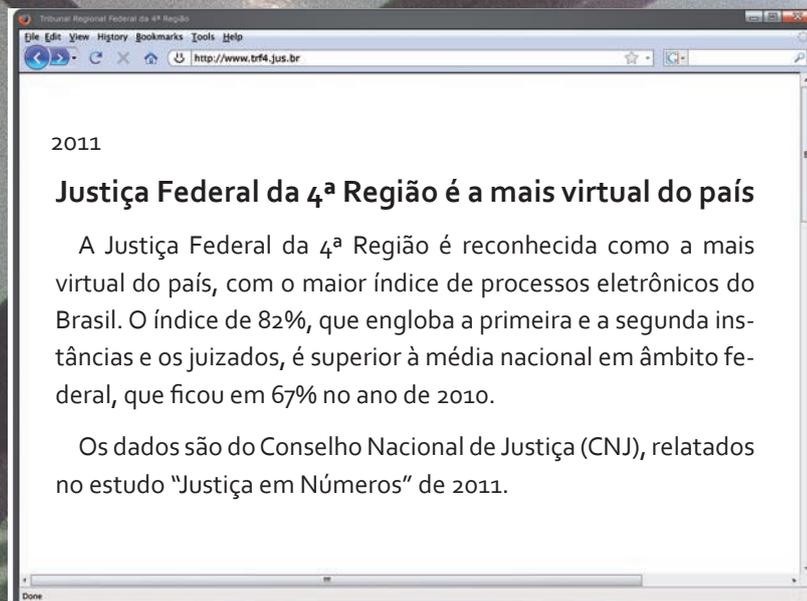
Foi publicada no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região a Resolução nº 122, de 16 de dezembro de 2011, que recomenda a adoção de pausa de dez minutos para cada 50 trabalhados, em toda a Justiça Federal de primeiro e segundo grau da Região Sul. O tempo não é deduzido da jornada normal de trabalho.

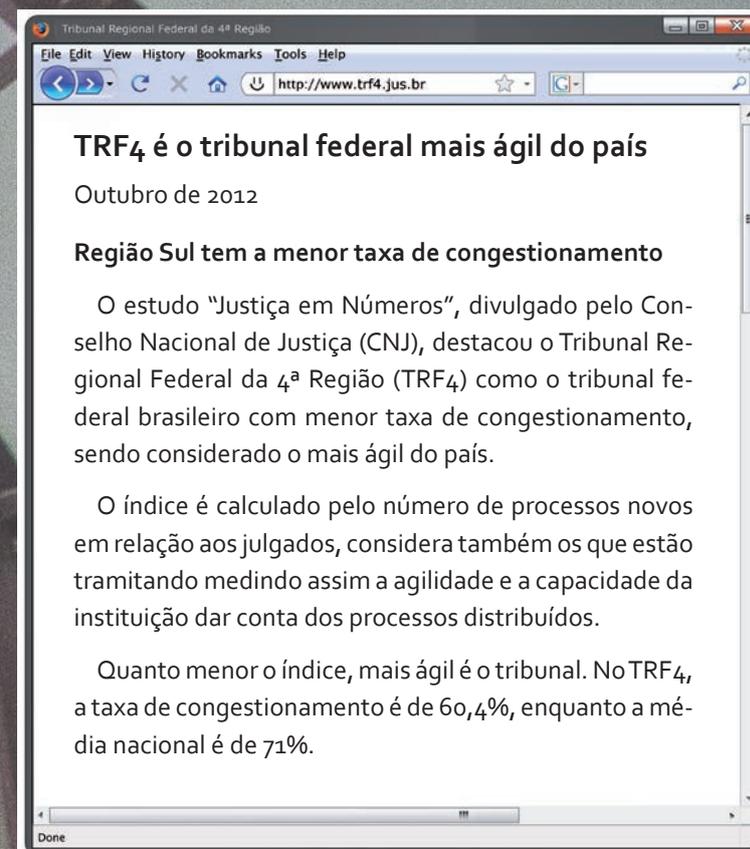
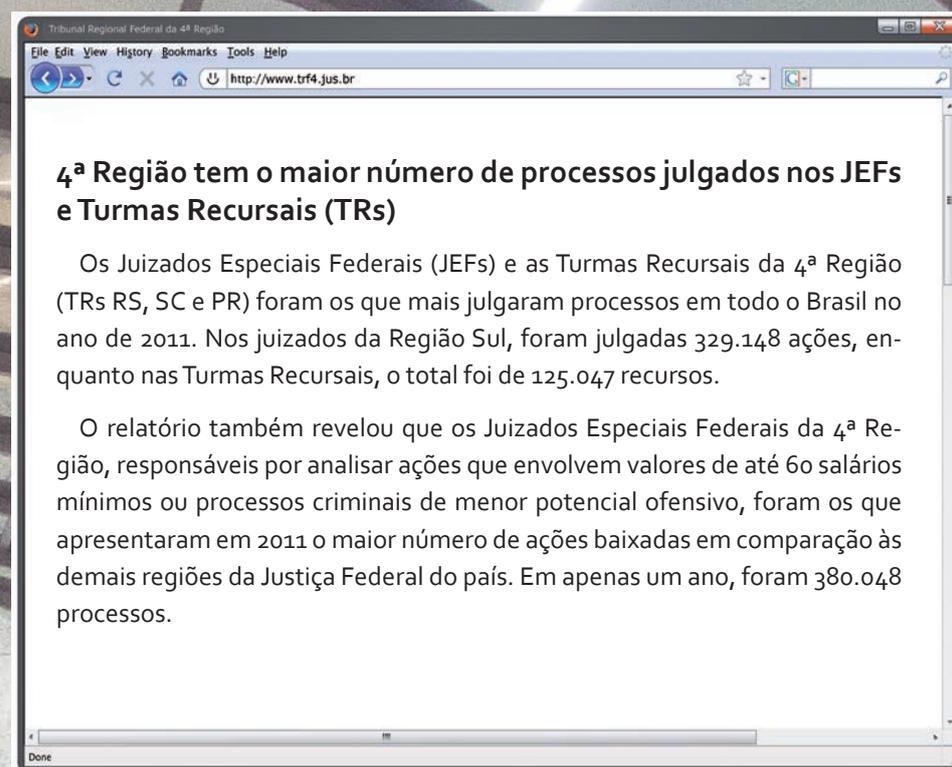
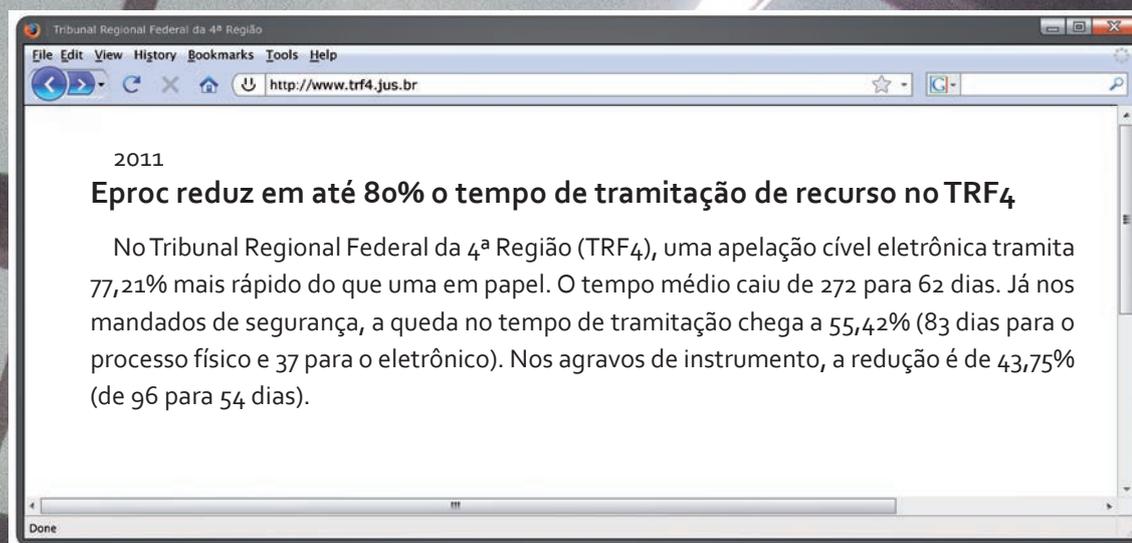
A resolução, assinada pela desembargadora federal Marga Barth Tessler, presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), reconhece a importância das pausas na jornada de trabalho, essenciais para a recuperação da fadiga física e mental dos magistrados e servidores, em especial após a adoção do processo eletrônico judicial (eproc v2) e do administrativo (SEI). Os sistemas virtuais estão em pleno funcionamento em todas as unidades da Justiça Federal da Região Sul.

A minuta da resolução foi proposta pela Comissão para Estudos dos Impactos do Sistema de Processo Eletrônico sobre a Saúde de Magistrados e Servidores.





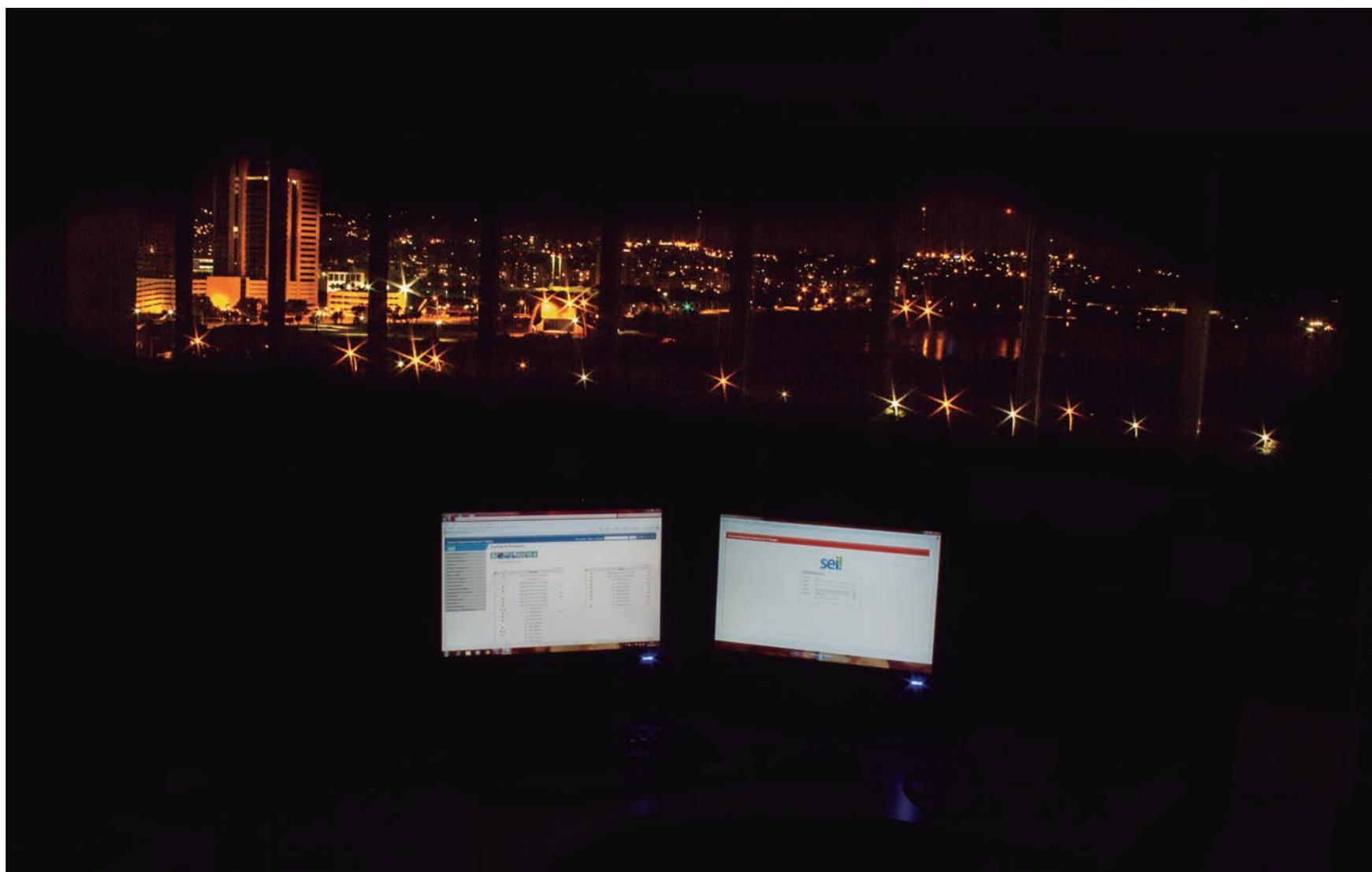




Processo eletrônico é processo verde

Com a virtualização dos processos, só em 2011 a redução de consumo de papel ultrapassou os 50% no TRF4, representando uma economia de mais de R\$ 45,5 mil para a administração pública.

Outra vantagem do eproc é a redução dos gastos públicos para o arquivamento dos processos e a consequente diminuição de investimentos em construção de espaços físicos. Uma estimativa feita pela Secretaria de Sistemas Judiciais do TRF4 aponta que os dois milhões de processos eletrônicos atuais do tribunal representariam a economia de cerca de 500 toneladas de papel e 24km lineares de estantes liberadas, proporcionando uma redução considerável na necessidade de espaços construídos.





O fim do papel também na gestão administrativa

Não existe mais papel circulando entre um setor e outro nas unidades da Justiça Federal dos três estados do Sul. Assim como o processo judicial, todos os administrativos também são virtuais, inaugurando um modo de gestão sustentável nos procedimentos desde 2009.

O SEI –Sistema Eletrônico de Informações– foi o primeiro do país a virtualizar os procedimentos administrativos. O *software* foi desenvolvido por servidores do TRF4, sem custos para a administração pública.

O SEI agiliza o trabalho porque compartilha o conhecimento. Todos os envolvidos atuam ao mesmo tempo no processo, simplificando os atos e economizando o tempo de tramitação entre as unidades.

Além do processo administrativo, o SEI possui módulos como Ouvidoria Eletrônica, inspeção administrativa, planejamento estratégico e estatística, por exemplo.

Redução de uso de papel no TRF4 com a implantação do eproc e do SEI

Ano	2009	2010	2011	2012
Pacotes	12.203	9.180	8.071	7.048
Folhas	6.101.500	4.590.000	4.035.500	3.524.000
Valor (R\$)	104.704,91	80.793,56	69.148,56	57.447,42



Conhecimento compartilhado com instituições do país

Desde sua implantação, o SEI já foi cedido gratuitamente para diversos órgãos públicos, com a prestação de suporte e treinamento. São mais de 17 instituições que utilizam o sistema.

Maio de 2011

O Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) assina termo de licença de uso do SEI, cedido gratuitamente pelo TRF4. Dezembro de 2011, o SEI passa a ser utilizado no TJTO e em 41 comarcas do interior de Tocantins.

Agosto de 2011

Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) começa a usar o SEI.

Fevereiro de 2012

Defensoria Pública-Geral da União (DPU) inicia o uso do SEI em Brasília e depois, nas unidades estaduais do país.

Dezembro de 2012

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com sede em São Paulo, passa a utilizar o SEI nas áreas administrativas do Tribunal e das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Treinamento e suporte para os parceiros

Quem compartilha o conhecimento do SEI recebe auxílio para a implantação e adaptação do sistema na instituição que vai utilizá-lo.

Além de receber os parceiros e fazer visitas técnicas da equipe do TRF4 nos locais, o tribunal realiza encontros para compartilhar e produzir uma base de conhecimento conjunta e trocar informações para constante evolução do SEI.

SEI Federação

O TRF4 realizou em 2011 e 2012 o SEI Federação, encontro anual que reúne as instituições parceiras que assinaram convênio de cooperação técnica com o TRF4.

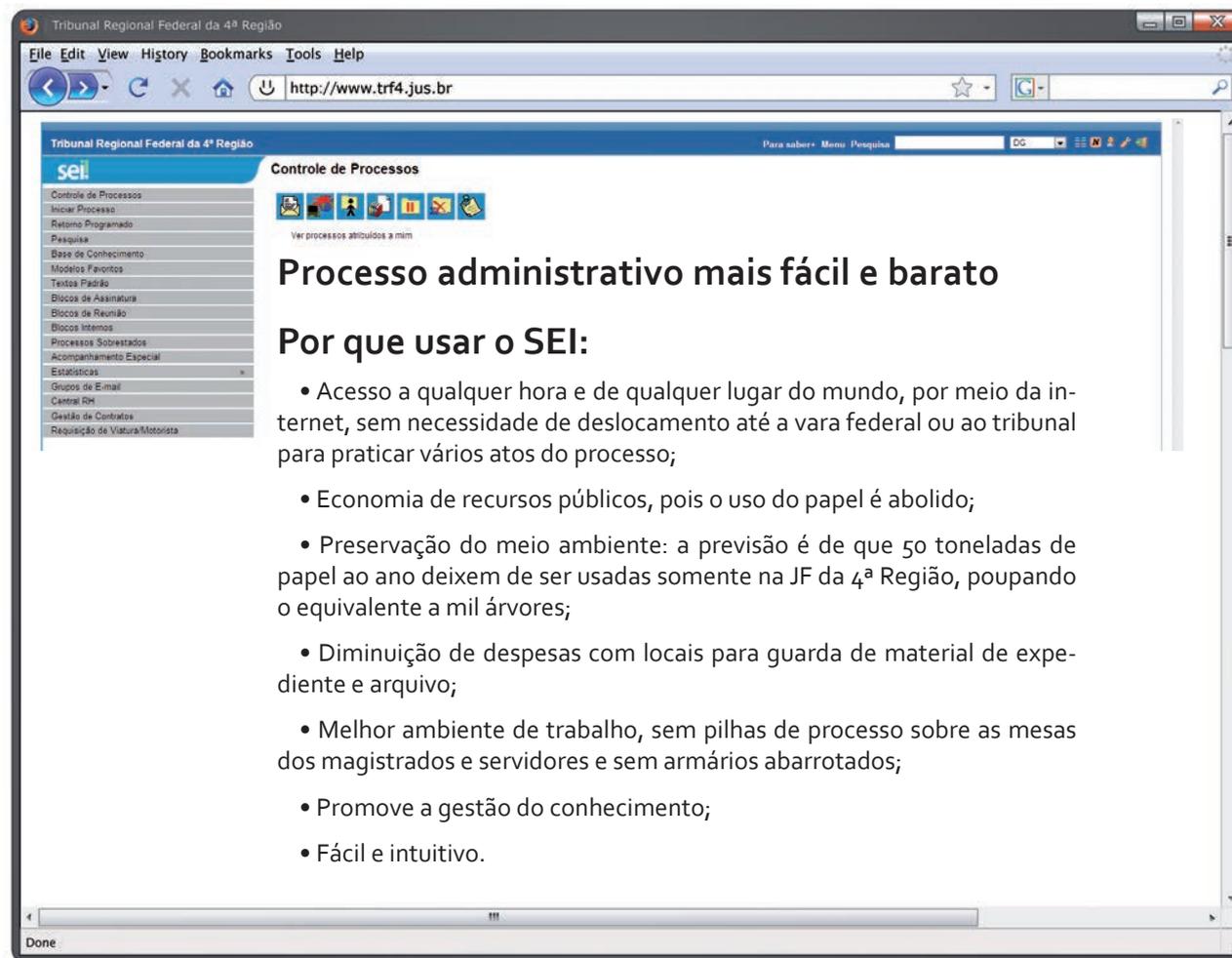
Na troca de experiências, os representantes mostram como o sistema alterou e inovou as rotinas de tramitação dos processos e gestão de documentos dentro de suas instituições.

“O Sistema Eletrônico de Informações modificou o nosso tribunal para melhor. Administrativamente, o Tribunal de Justiça do Tocantins virou outro depois que o adotamos em dezembro do ano passado”. A declaração é de William de Moraes Gois, técnico judiciário da Diretoria Administrativa do TJTO. Ele destaca a satisfação que o SEI trouxe para os usuários da corte tocantinense.

No SEI Federação de 2012, Marília Portela Oliveira, arquivista da Defensoria Pública da União (DPU), ressaltou: “desde abril deste ano, quando passamos a utilizar o SEI, tivemos uma economia de recursos muito grande na DPU. Mas o mais marcante foi a racionalização que ganhamos no trâmite dos processos e nas rotinas de trabalho”.

Outro ponto discutido nos encontros foi o desenvolvimento de novas ferramentas e recursos próprios que cada entidade realizou dentro da sua experiência de uso do SEI. Mostrando que o sistema é versátil para se adaptar às particularidades e características de cada órgão, Gois salientou a melhoria na integração do TJTO com as comarcas do estado como um grande benefício. “Acima de tudo, o mais importante para nós foi o avanço na comunicação com todas as comarcas do Tocantins. Com o SEI, a circulação e o acompanhamento dos processos ficaram muito facilitados”.

Juntos, parceiros e TRF4, buscam caminhos para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do sistema.



Processo administrativo mais fácil e barato

Por que usar o SEI:

- Acesso a qualquer hora e de qualquer lugar do mundo, por meio da internet, sem necessidade de deslocamento até a vara federal ou ao tribunal para praticar vários atos do processo;
- Economia de recursos públicos, pois o uso do papel é abolido;
- Preservação do meio ambiente: a previsão é de que 50 toneladas de papel ao ano deixem de ser usadas somente na JF da 4ª Região, poupando o equivalente a mil árvores;
- Diminuição de despesas com locais para guarda de material de expediente e arquivo;
- Melhor ambiente de trabalho, sem pilhas de processo sobre as mesas dos magistrados e servidores e sem armários abarrotados;
- Promove a gestão do conhecimento;
- Fácil e intuitivo.



Projeto XXI

Sistema de videoconferência da 4ª Região é adotado na JF de todo o país

20 de março de 2013

Publicado no Diário Oficial da União o provimento que institui o sistema nacional de audiências por videoconferência em processos criminais no âmbito da Justiça Federal. O Conselho da Justiça Federal (CJF) tomou a decisão de adotar o sistema em todo o país depois que uma comissão formada por juízes federais e servidores conheceu o projeto-piloto realizado na Justiça Federal do RS (JFRS).

Fim das cartas precatórias

O “Projeto XXI”, desenvolvido dentro do planejamento estratégico da JFRS, foi utilizado inicialmente na 1ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre. De acordo com o juiz titular da vara, José Paulo Baltazar Junior, o sistema de videoconferência já está sendo utilizado nas varas criminais das três capitais da Região Sul e de Foz do Iguaçu (PR), que não recebem mais cartas precatórias para tomadas de depoimentos de testemunhas e partes em processos que tramitam em outras subseções judiciárias. A previsão é que até o mês de julho todas as varas federais da 4ª Região estejam equipadas.

Benefícios

Entre os benefícios do uso da tecnologia, está a eliminação da expedição de cartas precatórias inquiritórias, o que confere maior agilidade e efetividade ao andamento processual. Com o procedimento, a qualidade da prova também aumenta, pois o magistrado que realiza a audiência é o mesmo que julgará o processo.

Para Baltazar Junior, “o grande beneficiado é o jurisdicionado, porque o processo tramita mais rápido, se evita a prescrição, que acontecia muito com o cumprimento das cartas



precatórias, e ganha-se com a concentração dos atos processuais em uma só audiência.”.

Projeto-piloto na Justiça Federal gaúcha

Em novembro de 2012, a comissão criada pelo CJF para avaliar o “Projeto XXI” da JFRS esteve em Porto Alegre para conhecer de perto o projeto-piloto e acompanhou uma audiência da 1ª Vara Federal Criminal interligada com outra subseção judiciária. No mesmo mês, o então corregedor-geral da JF, ministro João Otávio de Noronha, que realizava a inspeção no TRF4 e participava da reunião do Fórum Permanente de Corregedores da Justiça Federal brasileira na sede do TRF da 4ª Região, também visitou a JF gaúcha para conhecer o sistema.

Na ocasião, o ministro pôde acompanhar uma videoaudiência realizada com a participação do magistrado que atuava no processo, juiz Daniel Marchionatti Barbosa, e do procurador da República na sede da JF em Porto Alegre; do réu e de seu advogado na sede do Juizado Especial Federal Avançado de Alegrete (RS), município que fica a 500 km da capital gaúcha; e de duas testemunhas presentes na sede do TRF2, no Rio de Janeiro.

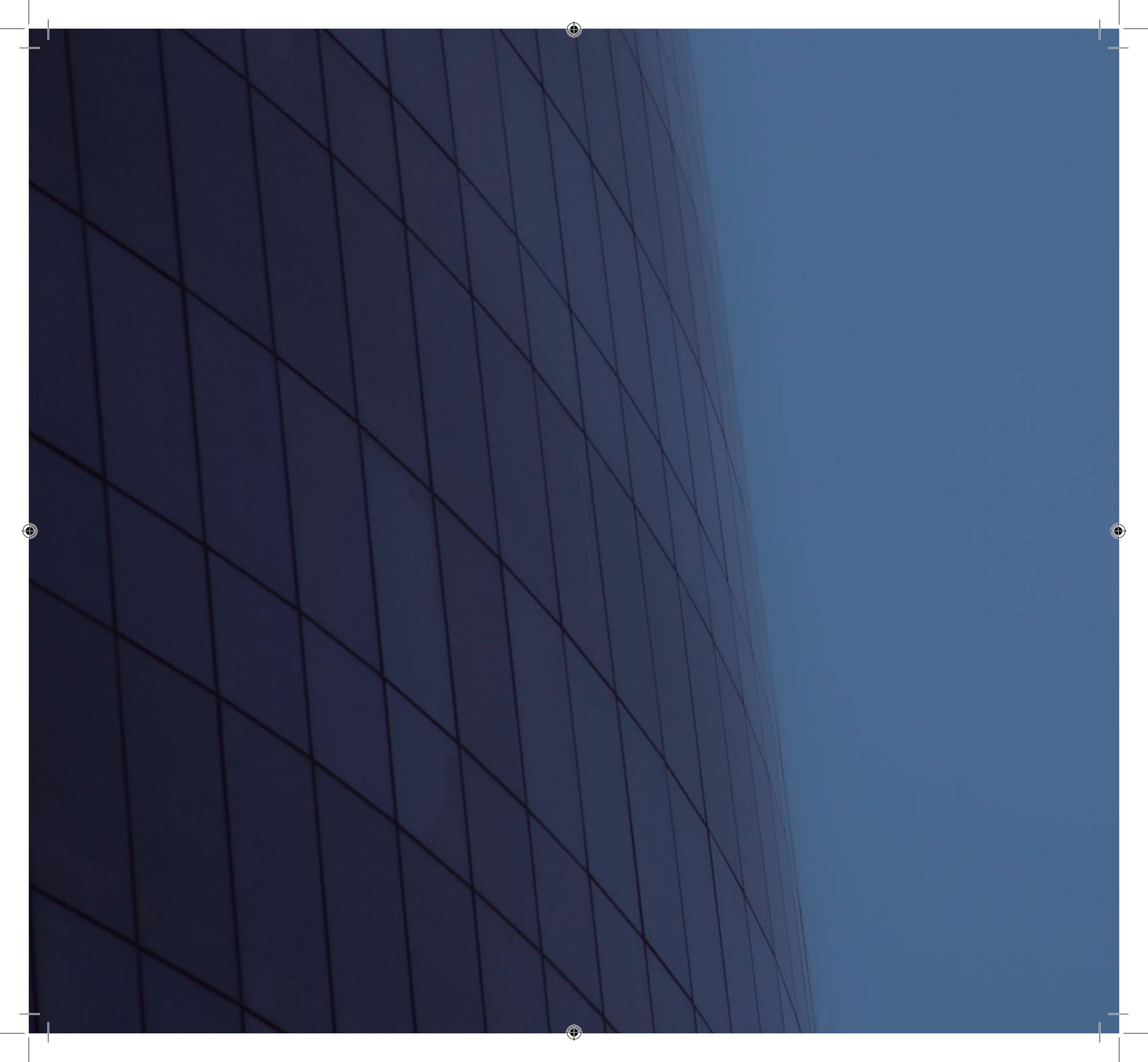
Correição virtual

A Corregedoria, sob a direção do desembargador federal Tadaaqui Hirose, consolidou a correição virtual.

Partindo de uma análise prévia de dados estatísticos eletrônicos sobre a tramitação dos processos nas varas, a equipe de correição faz contato com os magistrados e servidores do interior por meio de videoconferência.

O procedimento agiliza o trabalho da Corregedoria e diminui os custos ao dispensar viagens e pagamento de diárias.







gestão

O desafio da gestão judiciária é gerenciar de forma moderna e eficiente os recursos públicos e as pessoas. Para atingirmos a excelência no objetivo fim da instituição, que é prestar uma jurisdição qualificada e rápida, propomos uma visão diferenciada para a formação pessoal e profissional de magistrados e servidores.

A busca de resultados e o cumprimento de metas exige o treinamento em gestão para que se possa atuar nas diversas áreas da Justiça Federal da 4ª Região.

Planejamento estratégico

O objetivo estratégico geral da Administração do TRF4 é assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

Nesse sentido, todas as iniciativas e ações, muitas vezes inovadoras da Justiça Federal da 4ª Região, integram projetos pensados e executados para atender aos objetivos estratégicos estabelecidos nas metas do painel estratégico da Justiça Federal da 4ª Região.

Desde 2012, nossos planos estão totalmente alinhados ao planejamento estratégico único da JF, de acordo com as determinações do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Cultura do Planejamento

Nesta Administração, foi implantada a gestão estratégica, especialmente no acompanhamento dos indicadores de objetivos e na execução dos projetos.

O objetivo é colocar em prática o PLANEJAR, acompanhar a EXECUÇÃO e MONITORAR as ações.

Orçamento Estratégico

Uma gestão orçamentária efetiva e responsável, esta é a meta da Administração do TRF4 para realizar projetos que efetivem o acesso à Justiça e a celeridade processual.

Foi implantado um sistema que gerencia todas as informações do orçamento estratégico, para garantir recursos para a execução dos diversos projetos da instituição.

Obras – Construção do Futuro

Economia e qualidade nos serviços públicos

Para proporcionar melhores condições de atendimento ao cidadão e garantir uma gestão adequada dos recursos públicos, o TRF4 aposta na infraestrutura.

A Administração investe na construção de prédios para as sedes das Seções e Subseções Judiciárias nos três estados do Sul. Além de proporcionar um serviço de mais qualidade, a iniciativa, garante mais economia ao substituir os imóveis alugados por sedes próprias.

Finalização da construção do imóvel da subseção judiciária de Rio Grande (RS).

Início das obras das sedes próprias de Foz de Iguaçu (PR) e Blumenau (SC).

Aprovação do projeto do prédio anexo do TRF em Porto Alegre (RS).

Obtenção do terreno e elaboração do projeto do prédio da Subseção de Joinville(SC).

Diário Popular, 14/9/11, Rio Grande (RS)







Inspeção TRF4: “exemplo de boas práticas”

Uma sessão solene marca o início dos trabalhos de inspeção da Corregedoria-Geral da Justiça Federal no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). O evento contou com a presença do corregedor-geral da Justiça Federal, ministro João Otávio de Noronha, e foi coordenado pela desembargadora federal Marga Barth Tessler, presidente do TRF4.

A 4ª Região é a última do Judiciário federal brasileiro a ser inspecionada. O trabalho da Corregedoria-Geral começou em novembro de 2011, pelo TRF1, com sede em Brasília, e passou pelas outras três Regiões (2ª, 3ª e 5ª).

10 dias de inspeção no TRF4

Os trabalhos de inspeção ocorreram em secretarias, gabinetes, seções e setores do TRF4 até o dia 28 de novembro de 2011. Foram avaliados os métodos de trabalho e a produtividade.

Problemas comuns da Justiça Federal

Um dos problemas apontados pelo corregedor-geral do Judiciário Federal, que afeta em diferentes níveis todos os TRFs do país, é o acúmulo de processos previdenciários. O ministro Noronha explicou o “fenômeno” como um reflexo do exercício do direito pós-Constituição de 1988. “O brasileiro aprendeu a litigar, primeiro foram as causas de consumo e, agora, é a vez de questionar a Previdência Social”, analisa.

Para ele, a saída é a reestruturação de varas e turmas federais para garantir celeridade nos julgamentos de ações previdenciárias, sem que isso prejudique a especialização por matéria, apenas agregando competência temporariamente. “Temos que redistribuir as causas previdenciárias, redesenhar o trabalho, que é dinâmico. Se não fizermos isso agora no TRF4, poderemos vir a ter problemas como outros tribunais, onde desembargadores acumulam 30 mil recursos no gabinete”.

Outro caminho apontado pelo CJF para a gestão da área judiciária é o enxugamento da estrutura das secretarias ou sua unificação, já que os processos hoje são eletrônicos.

Soluções e propostas da 4ª Região

No trabalho de inspeção no TRF4, a comissão ressaltou o trabalho da Ouvidoria, da Escola da Magistratura (Emagis) e da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, que realizou 100% das correições propostas e investiu no

“Saio daqui com a melhor impressão da Justiça Federal da 4ª Região, com um diagnóstico de um tribunal bem organizado, preocupado com uma prestação jurisdicional célere e eficaz”.
Corregedor-Geral da Justiça Federal, ministro do STJ João Otávio de Noronha, no encerramento dos trabalhos de inspeção no TRF4

programa de vitaliciamento dos juízes, dando ênfase à capacitação psicológica dos novos magistrados, preparando-os para enfrentar as adversidades da função.

Outras boas práticas ressaltadas foram a publicação rápida dos acórdãos pelo tribunal, a destacada atuação da secretaria do Plenário e Corte Especial e a intimação eletrônica feita pelos próprios gabinetes que, segundo o ministro, deve vir a ser uma orientação do CJF a outros tribunais.

Na área da gestão, João Otávio Noronha apontou o trabalho inovador do curso de capacitação de gestores dividido por áreas. O ministro constatou que o Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) do TRF4 foi direcionado para os servidores que atuam nas áreas estratégicas, judiciais e administrativas, garantindo bons resultados.

Os modelos de contratação para a solução de Tecnologia da Informação também foram referidos como bons exemplos. E o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) foi apontado como sistema “acessível e de fácil manuseio”.



“Levo da 4ª Região uma série de ideias que desejo implementar na Justiça Federal do país, exemplos de boas práticas”.
Corregedor-Geral da Justiça Federal, ministro do STJ João Otávio de Noronha.



Abril de 2013

Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região: nova Consolidação Normativa

A Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região publica nova Consolidação Normativa. O Provimento 17 regulamenta a atividade dos órgãos judiciários e administrativos de primeira instância da Justiça Federal da 4ª Região.

Padronização da administração nas varas

Investindo sempre no objetivo de melhorar o gerenciamento, a Corregedoria criou o Relatório Unificado de Unidade Judiciária, que unifica e padroniza informações administrativas e dados estatísticos das varas da 4ª Região.

“É uma ferramenta que permite a gestão *online* planejada, por meio da qual avaliamos a produtividade das varas. Os dados estão todos num único sistema, permitindo um conhecimento unificado”, define o assessor da Corregedoria, Luiz Izidoro Zorzo.

“Muita coisa foi alterada para se adaptar ao processo eletrônico (eproc). Novas regras e aperfeiçoamentos foram incluídos e também foram incorporados os atos editados pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”, explicou o corregedor, definindo os principais objetivos com a substituição da antiga regulamentação, que vigorava desde 2005.





Gestão de Pessoas

O cuidado com a pessoa é uma preocupação constante da Administração. Este cuidado motivou o desenvolvimento de uma política de acolhimento e acompanhamento sistemático dos servidores em todas as etapas de seu desenvolvimento profissional, desde o ingresso no tribunal até a aposentadoria.

Para auxiliar servidores, equipes e chefias, foram realizadas ações de acompanhamento psicossocial, baseadas numa abordagem integrada por meio de uma rede multidisciplinar.

Programa de Preparação para a Aposentadoria

Mais de 30 servidores participaram do programa que visa a garantir a qualidade de vida do servidor antes e depois da aposentadoria.

Teletrabalho

Um estudo criterioso foi realizado para regulamentar o teletrabalho na Justiça Federal da 4ª Região. A iniciativa está baseada na literatura científica, na regulamentação existente em outros órgãos públicos e nas contribuições de gestores e servidores com experiência em teletrabalho.

Nova Central de Recursos Humanos

junho de 2012

A partir de agora, 100% dos serviços oferecidos pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH) aos usuários passam a ser eletrônicos. Uma nova versão da Central de Recursos Humanos do TRF4 entra no ar.

Disponível na Intranet do Tribunal, o serviço torna a comunicação entre a administração e os servidores mais rápida e permite realizar requerimentos como férias, licenças e benefícios, exclusivamente por via eletrônica, bem como acessar informações pessoais e funcionais de maneira mais rápida e intuitiva.

Mudanças

- Alterações no programa, como a mudança na localização dos itens no menu, para melhorar o acesso e a visualização dos serviços disponíveis.
- Integrados os formulários Central RH/SEI com diminuição do uso do papel, aproveitando os sistemas que já existem.
- A nova Central RH acabou com a necessidade de impressão dos formulários, pois cada requerimento feito pelo servidor gera automaticamente um processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).
- Listagem de todas as solicitações feitas pelo servidor com um *link* em cada uma para o processo do SEI correspondente para o acompanhamento dos pedidos.
- Criação do Módulo de Notificações Eletrônicas.
- Criação do "Fale com a DRH", canal para os servidores enviarem sugestões, críticas ou requerimentos genéricos.







Seminário de Administração da Justiça

Março de 2013 O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) sediou, nos dias 11 e 12 de março de 2013, o Seminário Atualidade e Futuro da Administração da Justiça.

Promovido em parceria com a Justiça Federal da 4ª Região e com o Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário (IBRAJUS), o evento reuniu magistrados e servidores do Poder Judiciário para apresentar e discutir boas práticas da organização judicial e promover o debate sobre os desafios e perspectivas da justiça no atual cenário de mudanças tecnológicas e organizacionais.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e ex-presidente do TRF4, Teori Zavascki ministrou a palestra de abertura do seminário.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sidnei Beneti e o vice-presidente do Centro Nacional de Cortes Estaduais dos EUA (NCSC), Jeffrey Apperson, participaram do painel de administração da Justiça no contexto internacional e de seus desafios contemporâneos.

O coordenador do sistema de Processo Eletrônico (eproc) na Justiça Federal da 4ª Região e juiz federal, Sérgio Renato Tejada Garcia, e o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Silvio Luís Ferreira da Rocha, falaram sobre as transformações no funcionamento do sistema judiciário com a implantação do processo eletrônico.

O Corregedor Regional da Justiça Federal da 4ª Região, desembargador federal Tadaaqui Hirose, apresentou o modelo de correição virtual do TRF4 como uma ferramenta disponível para a gestão moderna do Poder Judiciário.

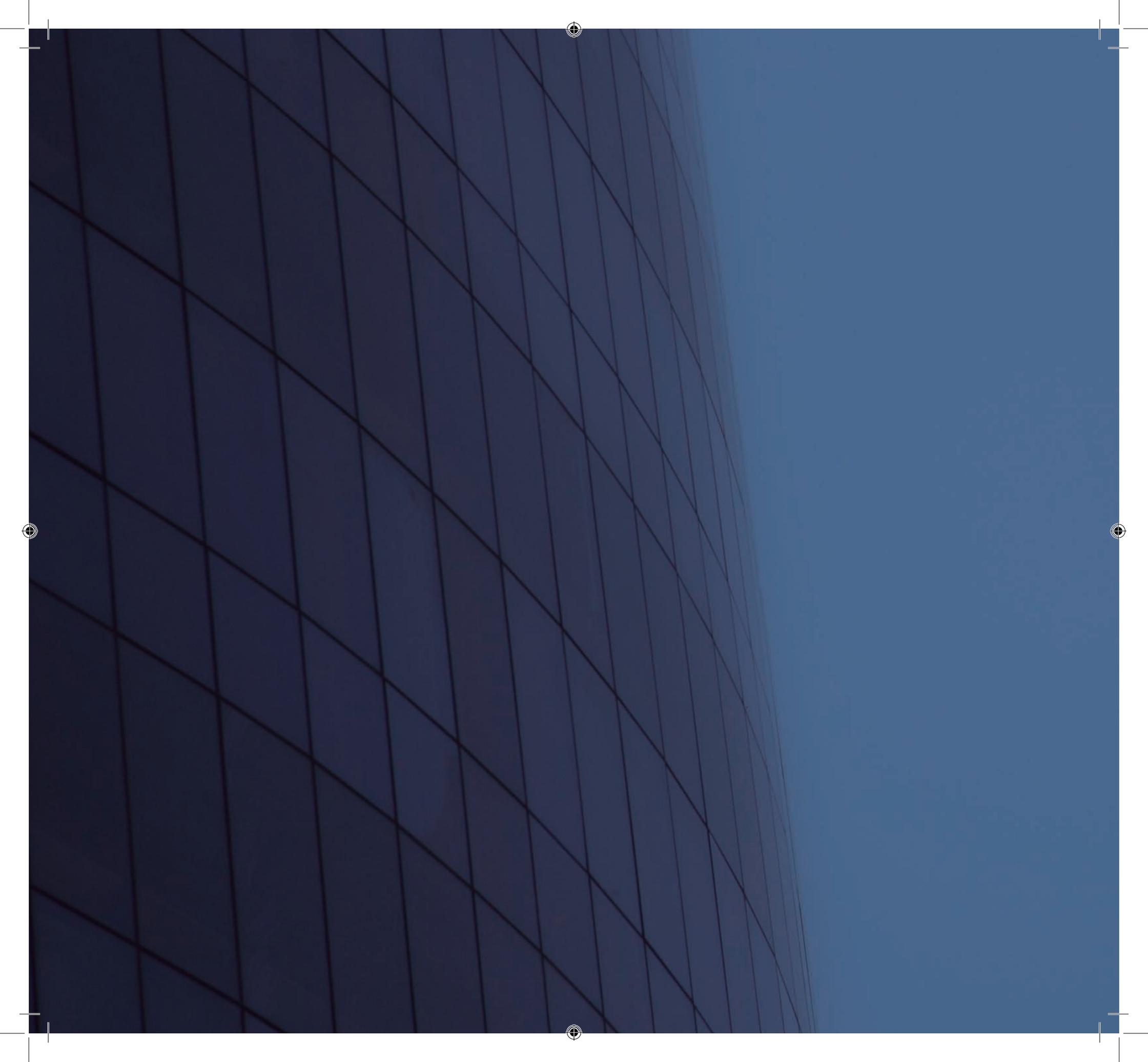
O presidente da comissão de Saúde e Processo Eletrônico do TRF4, desembargador federal Cândido Alfredo Silva Leal Junior, palestrou sobre o tema das mutações do trabalho e a saúde dos trabalhadores com o fim das ações em papel.

Gustavo Binenbojm, Doutor e Mestre em Direito Público e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, falou sobre a relação de diálogo e a gestão estratégica de comunicação do Judiciário com a sociedade.

A presidente do TRF4, desembargadora federal Marga Inge Barth Tessler, em conjunto com o juiz federal diretor do foro da Seção Judiciária do Paraná, Anderson Friedmann Wendpap, encerrou o seminário com uma palestra sobre o passado, o presente e o futuro da organização judiciária.









a justiça mais próxima do cidadão

A Justiça Federal da 4ª Região é considerada a mais interiorizada do país. O TRF4 investe na instalação de varas e unidades no interior para estar mais próximo das comunidades e garantir o direito constitucional de acesso à Justiça.

Em dois anos, foram inauguradas três novas sedes, instaladas sete varas, três Juizados Especiais Federais (JEFs) e um Adjunto (JEFA) e sete Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscons).

Além disso, para agilizar a implantação e vencer a dificuldade de falta de recursos, foi criado pela Justiça Federal do Rio Grande do Sul um novo modelo de unidade da Justiça Federal: a Unidade Avançada de Atendimento (UAA). Dez postos estão funcionando pelo interior do Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC) e Paraná (PR).



TRF4: espaço de justiça e cidadania | Gestão 2011 – 2013

Interiorizar para estar mais perto

O TRF4 investe na interiorização da Justiça Federal da 4ª Região para estar mais próximo das comunidades e garantir o direito constitucional de acesso à justiça.

2012

Criciúma (SC)

Instalação da vara federal cível em Criciúma

Foz do Iguaçu (PR)

Instalação da vara federal previdenciária em Foz do Iguaçu.

São Borja (RS)

Inauguração do Juizado Especial Federal Avançado (JEFA) de São Borja, vinculado à vara federal e Juizado Especial Federal Adjunto de Santiago.

Campo Mourão (PR)

Inauguração da nova sede da Justiça Federal em Campo Mourão, Subseção Judiciária.

Carazinho (RS)

Instalação da a segunda vara federal na Subseção de Carazinho. Também foi inaugurada a nova sede da Subseção.

Alegrete (RS)

Instalação do o Juizado Especial Federal Avançado (JEFA) em Alegrete, vinculado à vara federal e JEF criminal e previdenciário de Uruguiana.

2013

Erechim (RS)

Inauguração de nova sede da Justiça Federal e instalação de nova vara do Juizado Especial Federal (JEF) cível e previdenciário em Erechim.

Joinville (SC)

Instalação de 2ª vara federal cível e Juizado Especial Federal (JEF) cível em Joinville.

Ponta Grossa (PR)

Inauguração da 2ª Vara Federal e Juizado Especial Federal (JEF) previdenciário na Subseção Judiciária de Ponta Grossa.

Curitiba (PR)

Inauguração da 5ª vara do Juizado Especial Federal (JEF) previdenciário na Subseção Judiciária de Curitiba.

Palmeira das Missões (RS)

Instalação da vara federal e Juizado Especial Federal Adjunto (JEFA) na Subseção Judiciária de Palmeira das Missões

UAA – Unidade Avançada de Atendimento

Uma alternativa desenvolvida pela JFRS para garantir atendimento da JF em um número maior de comunidades.

A nova estrutura, criada pela Justiça Federal da 4ª Região, amplia o atendimento ao público em municípios sem varas federais.

Na UAA, são processadas e julgadas as causas previdenciárias comuns e as execuções fiscais, com a realização de audiências, perícias, emissão de certidões e cadastramento de partes e advogados no processo eletrônico.

2012

Ijuí (RS)

Criação da Unidade Avançada de Atendimento (UAA) da Justiça Federal em Ijuí.

Araranguá (SC)

Inauguração da primeira Unidade Avançada de Atendimento (UAA) da Justiça Federal em Santa Catarina (JFSC), no município de Araranguá.

Montenegro (RS)

Instalação da Unidade Avançada de Atendimento (UAA) da JFRS no município de Montenegro.

Santa Vitória do Palmar (RS)

Instalação de Unidade Avançada de Atendimento (UAA) da Justiça Federal em Santa Vitória do Palmar.

Jaguarão (RS)

Inauguração da Unidade Avançada de Atendimento (UAA) da Justiça Federal em Jaguarão.

2013

São Francisco do Sul (SC)

UAA de São Francisco do Sul na Subseção Judiciária de Joinville.

Videira (SC)

Instalação da UAA em Videira, vinculada à Subseção Judiciária de Caçador.

Vacaria (RS)

UAA vinculada à Subseção Judiciária de Caxias do Sul.

São Leopoldo (RS)

Inauguração da UAA em São Leopoldo, da Subseção Judiciária de Novo Hamburgo.

Soledade (RS)

UAA vinculada à Subseção Judiciária de Carazinho.

Frederico Westphalen (RS)

UAA vinculada à Subseção Judiciária de Palmeira das Missões.





Juizados Especiais Federais da 4ª Região

Os Juizados Especiais Federais têm sido, juntamente com a conciliação, a nova aposta do Poder Judiciário para obter uma Justiça célere e eficaz.

A demanda vem crescendo muito nos últimos anos. Com rito simplificado e respondendo por causas no valor de até 60 salários mínimos, as ações se multiplicam, gerando sentenças e recursos.

Estrutura nos JEFs para julgar mais rápido

Visando a otimizar os JEFs também no grau recursal, foram instaladas mais seis turmas recursais com juízes federais permanentes, duas em cada seção judiciária da região. Para a coordenadora dos JEFs durante a gestão, desembargadora Maria de Fátima Freitas Labarrère, “foi uma medida extremamente relevante, que promoveu uma melhor distribuição dos recursos, equilibrou a carga de trabalho e deu estabilidade à jurisprudência dos juizados”.

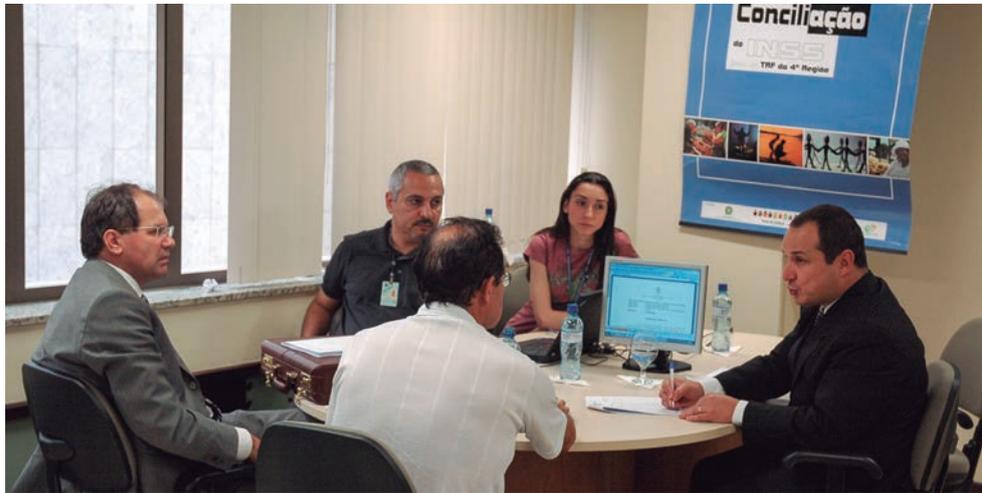
Fórum Interinstitucional Previdenciário

Outro destaque na atuação da Coordenadoria dos JEFs foi a consolidação do Fórum Interinstitucional Previdenciário. O fórum reúne entidades e instituições que atuam no Direito Previdenciário com o fim de buscar soluções que levem à racionalização de procedimentos e à agilização do tempo de tramitação das demandas.

As reuniões acontecem trimestralmente nos estados da 4ª Região e geram deliberações, que são propostas para a melhoria do atendimento das demandas previdenciárias.

Padronização de procedimentos

Com a preocupação de padronizar os procedimentos, criando uma face única nos JEFs da 4ª Região, houve a implantação do processo eletrônico nas turmas recursais (TRs) e na Turma Regional de Uniformização (TRU). Também foram consolidadas as rotinas de trabalho padronizadas, bem como elaborado e editado um novo Regimento Interno das TRs e da TRU.





Sistema de Conciliação

Coordenadoria do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

“Somente a conciliação, a mediação e a arbitragem permitem encerrar litígios de forma célere e eficaz”, afirma o coordenador do Sistema de Conciliação do tribunal durante a gestão 2011-2013, desembargador federal Paulo Afonso Brum Vaz.

E é com esse espírito, de diminuir o conflito e incentivar o acordo, que a conciliação recebe papel de destaque no biênio.

O SISTCON ganha sete novos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscons) na JF da 4ª Região.

Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscons)

- Cejuscon de Joinville (SC)
- Cejuscon de Criciúma (SC)
- Cejuscon de Carazinho (RS)
- Cejuscon de Chapecó (SC)
- Cejuscon de Santo Ângelo (RS)
- Cejuscon de Erechim (RS)
- Cejuscon de Umuarama (PR)

SICOPREV

Perícia fácil para solução rápida

O Cejuscon de Porto Alegre é ampliado e modernizado e passa a contar com um Sistema de Perícias Médicas e de Conciliações Pré-Processuais (SICOPREV).

A novidade faz parte da política de investimento na conciliação do TRF4, criando novas alternativas para a solução de conflitos. O SICOPREV tem o objetivo de agilizar o julgamento de processos previdenciários, a maior demanda dos Juizados Especiais Federais (JEFs).

Cinco salas de perícia, com diversas especialidades médicas, são disponibilizadas pela Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, auxiliando na solução de processos de competência das varas e juizados previdenciários.

O SICOPREV foi inspirado no Sistema de Conciliação Pré-Processual (SICOPP) da Seção Judiciária do Paraná (JFPR), que funciona desde 2009.





Parcerias para conciliar e solucionar o problema

Com o objetivo de engajar as instituições no projeto de conciliação da Justiça Federal da 4ª Região, são assinados acordos de cooperação técnica e renovadas as parcerias com o Ministério da Previdência Social, o Instituto Nacional do Seguro Social e a Procuradoria Regional Federal da 4ª Região.

O Gabinete de Conciliação do INSS junto ao TRF teve a estrutura aumentada, com servidores da Contadoria do tribunal auxiliando nas atividades inerentes ao setor, o que intensifica a apresentação de propostas de conciliação.

A Advocacia-Geral da União (AGU) também cria uma Central de Conciliação na 4ª Região com o objetivo de diminuir o número de processos relativos a gratificações de desempenho de servidores federais. A conciliação será buscada nos casos que tramitam nos Juizados Especiais Federais de Porto Alegre e nas Turmas Recursais do Rio Grande do Sul.

Ensino a Distância para ensinar a conciliar

O Sistcon desenvolve o Curso Básico de Conciliação realizado por meio da Plataforma de Educação a Distância (EaD) em parceria com os Cejuscon, a Direção do Foro de SC e o Núcleo de Capacitação e Sistema de Conciliação do TRF.

“O tutorial está em construção, queremos que o curso a distância seja atualizado, amplificado e utilizado nos três estados da 4ª Região da Justiça Federal”, declarou o coordenador do Sistcon, desembargador federal Paulo Afonso Brum Vaz.

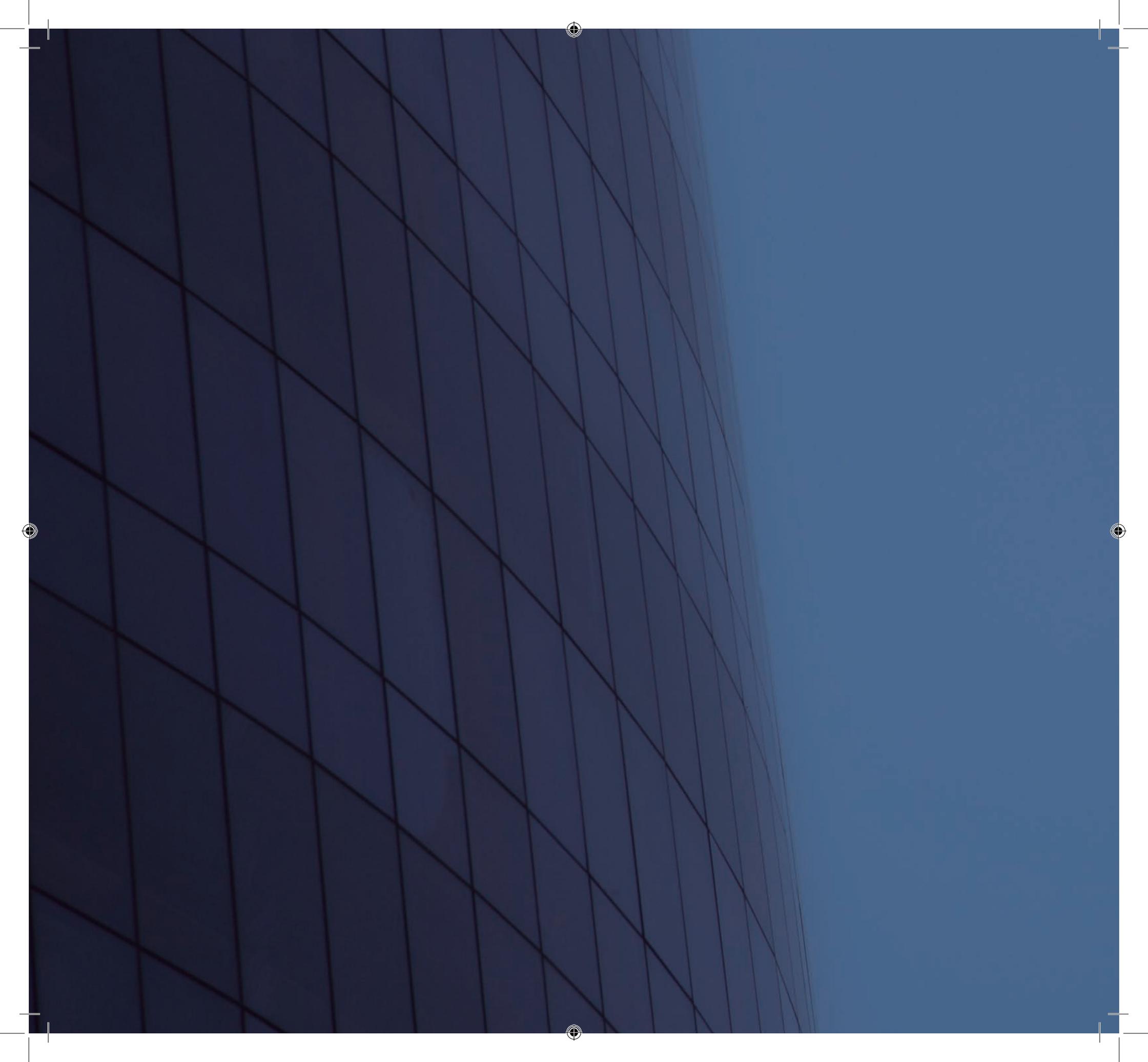
Em novembro de 2012, a conciliação foi regulamentada no processo eletrônico, possibilitando a virtualização do procedimento.

Na Feira do Livro: Eu quero conciliar!

A conciliação foi um dos carros-chefes do estande do tribunal na Feira do Livro de Porto Alegre em 2012. Servidores da corte informaram sobre o procedimento e estimularam os visitantes a modificarem sua visão da Justiça como uma instituição onde há apenas o litígio como alternativa para solução do conflito. Quem visitava o local podia não só conhecer o sistema, mas encaminhar seu processo para conciliar.









diálogo com a sociedade

O direito constitucional de acesso à Justiça passa pelo conceito de um Judiciário eficiente, que responda às demandas e esteja próximo do cidadão. Parte desse desafio já é cumprido com uma gestão judiciária adequada, que proporciona, por exemplo, a instalação de unidades da Justiça Federal nas comunidades.

Mas o TRF₄ foi além. Levou o seu trabalho e seus serviços a eventos representativos da sociedade, saindo dos gabinetes para a rua.

Ao divulgar suas competências e seus serviços em conferências como a Rio+20 ou a Feira do Livro de Porto Alegre, o TRF₄ abre um diálogo direto com o cidadão, mais uma via de acesso à Justiça Federal da 4ª Região.





Rio +20

Uma via de mão dupla

O tribunal aceitou o desafio de participar da mais importante reunião mundial sobre o meio ambiente, porque acreditamos ter muito a mostrar e a aprender. São da 4ª Região as primeiras varas federais ambientais brasileiras, em Curitiba (PR), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS). Uma aposta clara na especialização de magistrados e servidores para julgar melhor as questões ambientais.

O nosso comprometimento com a jurisdição ambiental de qualidade, com projetos socioambientais, com a gestão dos recursos naturais, se traduz em ações práticas do dia a dia, que foram levadas à conferência.

Mas além de compartilhar, fomos em busca de conhecimento. Trazer para nossos magistrados e servidores as reflexões da Rio+20, numa via de mão dupla, foi e é um desafio permanente. Queremos sempre aproveitar o debate das questões neste fórum global e plural para levar a discussão às sessões, varas e secretarias. A informação capacita para a participação. Participando, o juiz garante uma melhor resposta para a sociedade e o acesso à justiça.

Marga Inge Barth Tessler



TRF4 na Rio+20

O TRF4 foi o único tribunal federal do país a ter um estande na Rio+20. Em 12 dias na conferência mundial do meio ambiente, o TRF4 apresentou seu trabalho em quatro eixos: jurisdição ambiental e social e responsabilidade ambiental e social, demonstrando as ações por meio de vídeos e material gráfico.

O estande do TRF4 na Rio+20 estava localizado no Parque dos Atletas, uma das sedes do evento, onde ficavam concentradas as delegações dos países, estados, cidades, Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ONGs e algumas empresas. Diariamente, mais de 12 mil pessoas circularam no local.

Justiça em ação

Juízes e servidores no estande, durante todo o dia, explicando o trabalho da Justiça Federal da 4ª Região e partilhando ideias com os visitantes.

Este foi um dos diferenciais do estande do TRF4 na Rio+20. Enquanto na maioria dos espaços o atendimento era realizado por empresas especializadas, no do TRF4, as informações eram prestadas pelos próprios magistrados que julgaram os processos, e os trabalhos eram apresentados pelos servidores que participam dos projetos.

Magistrados como a juíza federal Ana Inês Latorre, líder dos Projetos Estratégicos de Gestão Ambiental e Responsabilidade Social da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (SJRS), Cândido Alfredo Silva Leal Junior, na época juiz titular da Vara Ambiental de Porto Alegre, e o juiz federal Marcelo Cardozo da Silva, de Criciúma (JFSC), atenderam ao público.

O estande recebeu autoridades dos três Poderes e das três instâncias da justiça federal, estadual e municipal, além do público em geral. Entre as autoridades, estiveram no estande o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ayres Britto, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, e o prefeito de Porto Alegre, José Fortunatti.

“O nosso comprometimento com a jurisdição ambiental de qualidade, com projetos socioambientais, com a gestão dos recursos naturais, se traduz em ações práticas do dia a dia, que foram levadas à conferência.”

Desembargadora Federal Marga Barth Tessler



Programação do TRF4 na Rio+20

Eventos e palestras de magistrados e servidores marcaram a atuação do tribunal

Workshops e oficinas no estande, com a participação de convidados e do público da Rio+20, para mostrar as ações socioambientais do TRF4. Palestras de magistrados, que constaram como programação oficial da Rio+20, para divulgar o trabalho realizado na 4ª Região em jurisdição ambiental. A programação do TRF4 na Rio+20 movimentou o Pavilhão do Poder Judiciário.

Na primeira semana, o juiz federal Marcelo Cardozo da Silva falou sobre a decisão da Justiça Federal de Criciúma (SC) na ação civil pública que determinou a recuperação ambiental das áreas degradadas pelas empresas mineradoras da região carbonífera de Criciúma.

O projeto desenvolvido pelo TRF4 na Vila Chocolate também foi apresentado, com palestra da assistente social do Tribunal, Cátia Segabinazzi. Ela falou de todo o processo de reassentamento, da preocupação com a geração de renda, através da usina de reciclagem, e com a educação, com a construção de uma escola no residencial.

O gestor ambiental da JFRS, José Antônio Antunes, explicou o projeto de gestão ambiental da JF da 4ª Região, que tem como alguns dos objetivos a destinação correta dos resíduos e a gestão dos recursos naturais.

O estande também recebeu a visita do ator Victor Fasano, ativista da causa de criação de varas federais ambientais no Norte do país, que toma como exemplo para a defesa da causa o pioneirismo das varas federais ambientais da 4ª Região.

Foram oferecidas três palestras no Espaço CNO do parque, local dos auditórios. A presidente da corte, desembargadora federal Marga Barth Tessler, falou sobre os dois aspectos apresentados na conferência pela JF da 4ª Região: o jurisdicional e o social.

O desembargador aposentado Vladimir Passos de Freitas, ex-presidente do tribunal e representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) na América Latina, falou sobre a importância da especialização de varas em Direito Ambiental.

O juiz federal Cândido Alfredo Silva Leal Junior, que foi titular da Vara Federal Ambiental, Agrária e Residual de Porto Alegre, hoje desembargador federal no TRF4, participou ativamente da conferência e palestrou sobre o papel do juiz na proteção ao meio ambiente.





TRF4: espaço de justiça e cidadania | Gestão 2011 – 2013

Notícias *online*, cartilha ambiental e *site* especial Rio+20 no portal do TRF4

O trabalho do TRF4 na Rio+20 pode ser acompanhado *online*. A Comunicação Social do tribunal realizou uma cobertura jornalística completa, com entrevistas com as principais personalidades que visitaram o estande, reportagens sobre os eventos realizados do TRF4 e sobre as experiências de outras instituições.

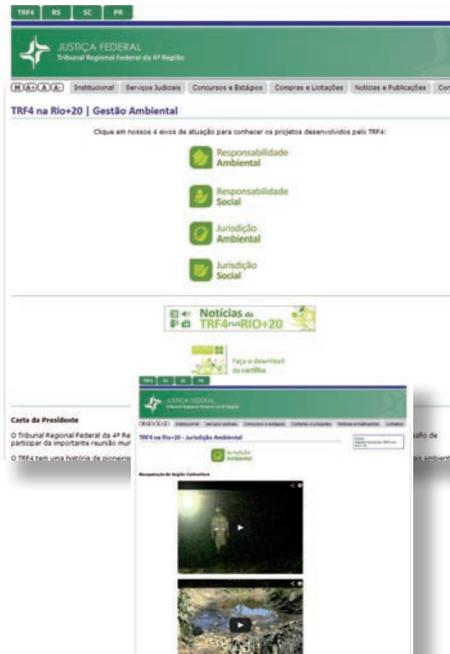
Foi criado um canal especial no portal: “TRF4 na Rio+20”. Os usuários acompanharam a participação do tribunal no evento *online*. Nesse espaço, também estavam disponíveis todas as reportagens realizadas pela equipe da 4ª Região para o programa de TV da Justiça Federal, o Via Legal.

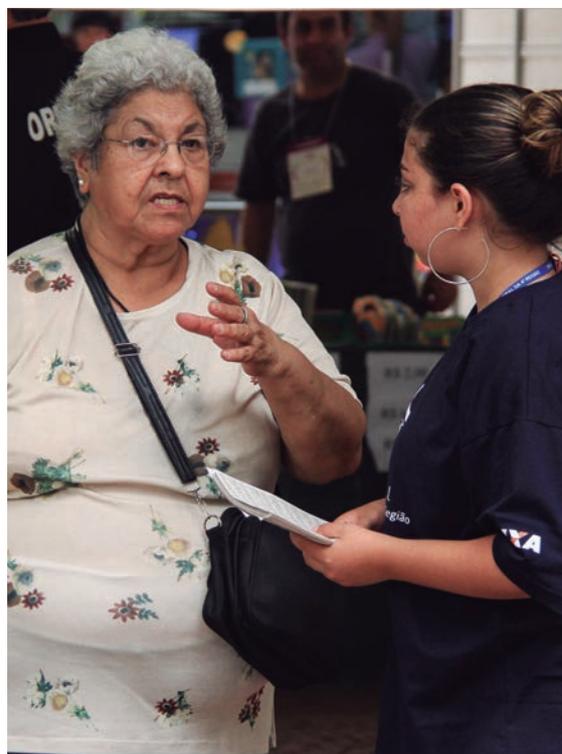
Reportagens abordando a atuação da Justiça Federal em processos ambientais foram exibidas aos visitantes no estande e aos usuários da página “TRF4 na Rio+20”.

Matérias sobre a “Lagoa do Peixe”, parque nacional do sul do Rio Grande do Sul, e “A estrada do colono”, via que trouxe muitos prejuízos ambientais ao parque nacional do Iguazu (PR), mostravam aos espectadores a realidade de cada local e o que mudou após a intervenção do Judiciário.

Uma cartilha produzida pela Comunicação Social em parceria com a Diretoria Geral foi distribuída para o público. Nas páginas de papel reciclado, foram abordadas as principais ações socioambientais da 4ª Região: decisões importantes em matéria ambiental, inovações na área de gestão e responsabilidade social. A cartilha foi editada em português e inglês, para atender ao público estrangeiro.

Todas as informações da cartilha e as reportagens produzidas podiam ser acessadas pelo usuário por meio do leitor de QR Code, que, depois de baixado, endereçava ao site especial do TRF4 na Rio+20.





Outubro e
novembro de 2012

TRF4: o espaço da cidadania na Feira do Livro de Porto Alegre

Pela primeira vez, o TRF4 participou da Feira do Livro de Porto Alegre, em sua 58ª edição. O estande do TRF4 foi o espaço da cidadania no maior evento literário a céu aberto da América Latina, por onde circularam mais de um milhão e 300 mil pessoas.

Foram 17 dias de atendimento ao público, divulgando as ações da Justiça Federal da 4ª Região, tirando dúvidas da população e prestando atendimentos como consulta processual, indicação de processos para conciliação e ajuizamento de ações.

Mais de 15 servidores do TRF4 e da JFRS trabalharam direto da Praça da Alfândega, atendendo quem buscava informações sobre a Justiça, direitos, conciliação e Juizados Especiais Federais, das 12h30min às 21h.

Serviços

Além de compartilhar os livros de magistrados e servidores com o público, o objetivo maior era prestar serviço à comunidade.

No estande, o cidadão podia obter informações sobre os meios de acesso à justiça, fazer consulta processual *online* nos terminais disponíveis no estande e saber como funciona o Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 4ª Região, com a possibilidade de indicar o processo para conciliação direto da Feira.

“Juiz na Feira”

Os juízes federais também estiveram presentes. Dos gabinetes para o espaço público, eles trouxeram a experiência do dia a dia para a praça, esclarecendo o cidadão que procurou atendimento no projeto “Juiz na Feira”.

Cada magistrado abordou os assuntos de competência de sua vara federal, como Sistema Financeiro da Habitação (SFH), Financiamento Estudantil (FIES), fornecimento de medicamentos e concessão de benefícios previdenciários. Também foram tratados temas como aplicação das penas pecuniárias em matéria criminal, concessão de benefícios previdenciários, aposentadorias e perícias.



**TRF4
na Feira
do Livro**

Serviço e Cidadania:

Consulta Processual

“Eu quero conciliar!”

Conciliação em processos da Justiça Federal

**Ajuizamento de ações no
Juizado Especial Federal**

“Juiz na Feira”

Converse sobre seus direitos
com juízes federais

**Informações sobre a
Justiça Federal**

Ajuizamento de ações direto da Feira

Outro serviço de destaque no estande foi o ajuizamento de ações eletrônicas direto da Feira do Livro. Foram seis dias de atendimento dos advogados voluntários da Assistência Judiciária Voluntária (AJV) da Justiça Federal do Rio Grande do Sul (JFRS). Mais de 500 pessoas tiveram consultas individuais no estande, com o ajuizamento de processos direto da Praça da Alfândega.

Palestras

A ação do TRF4 na Feira do Livro também foi marcada pelo debate de temas atuais do Direito. Os desembargadores federais Paulo Afonso Brum Vaz e Rogerio Favreto proferiram palestras que fizeram parte na programação oficial do evento.

Brum Vaz falou sobre Direito Ambiental e agronegócio, e Favreto, juntamente com o juiz federal Tiago do Carmo Martins, abordou os 20 anos da Lei de Improbidade Administrativa.

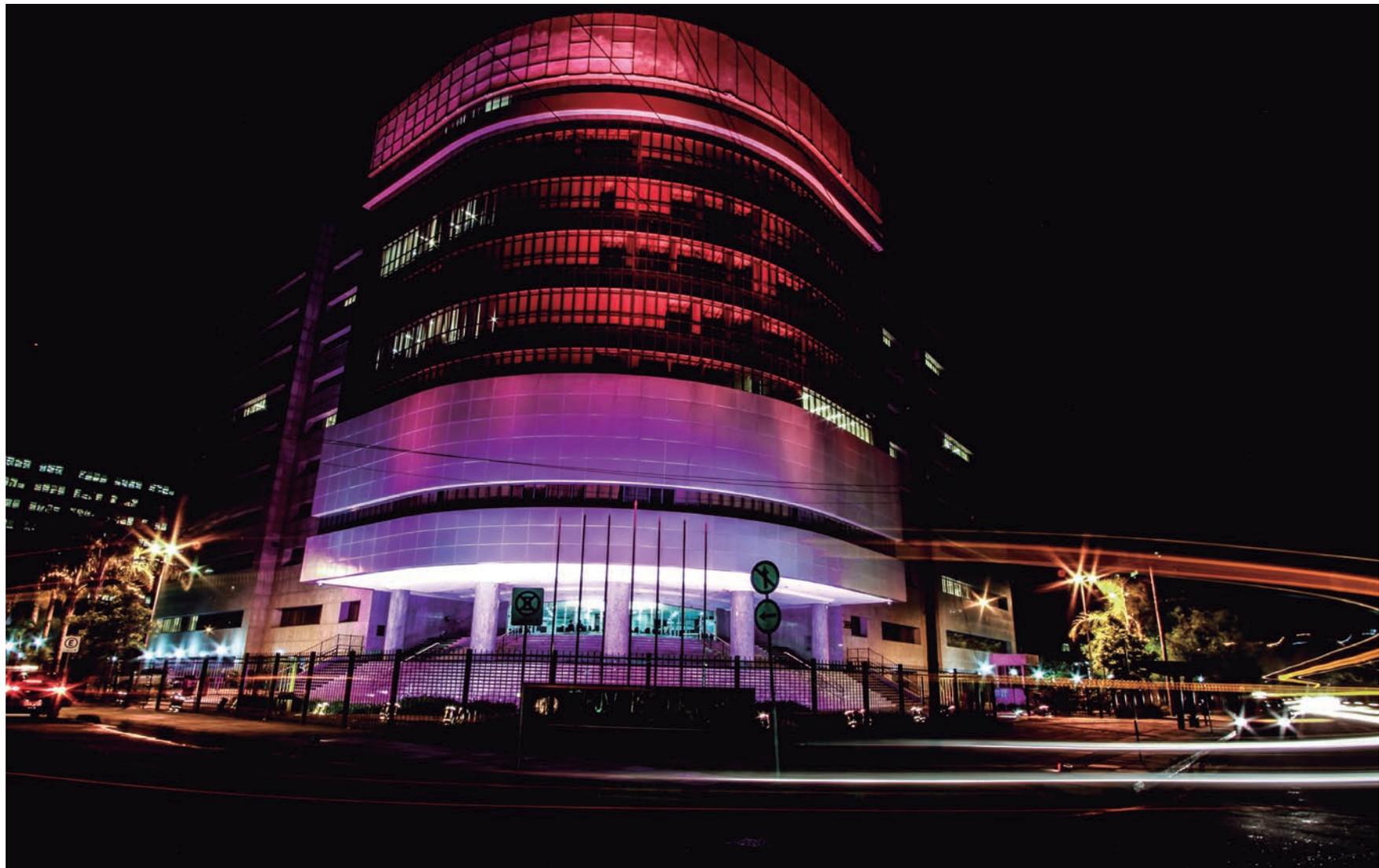


Outubro Rosa Conscientização para prevenir o câncer de mama

O tribunal foi parceiro do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul (Imama) e participou em 2011 e 2012 da Campanha Outubro Rosa.

Além da iluminação do prédio com luz cor-de-rosa, uma palestra com a médica oncologista Maira Caleffi promoveu a conscientização, explicando medidas de prevenção à doença para servidoras e magistradas.

Um *flash mob* realizado em frente ao TRF4 também chamou atenção para o problema. Com sombrinhas cor-de-rosa, 35 mulheres realizaram uma *performance*, que contou também com a participação de servidoras. O Outubro Rosa é uma mobilização que ocorre mundialmente e a cada ano obtém mais adesões.





TRF₄ nas Universidades

Sessão de Julgamento na PUCRS

A 4ª Seção do Tribunal Regional Federal da 4ª Região realiza sessão de julgamento no auditório da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), presidida pelo vice-presidente do TRF₄, desembargador federal Luiz Carlos de Castro Ligon. O encontro proporciona aos alunos uma aula prática sobre o funcionamento do Poder Judiciário, acompanhando a dinâmica dos trabalhos de uma sessão de julgamento.

Aula Magna UFRGS

Marga Inge Barth Tessler, presidente do TRF₄, ministra a aula magna da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com o tema “A Justiça Federal no Brasil: Histórico, Evolução e Casos Célebres”, mostrando a história do Brasil pelo viés do Poder Judiciário.

Palestra na UniRitter

A presidente do TRF₄, desembargadora federal Marga Inge Barth Tessler, palestra no *campus* de Porto Alegre da Universidade UniRitter, sobre a participação e as ações do tribunal na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Setembro de 2012

Novo Portal do TRF4 Acesso à informação e serviços

Com um *layout* mais claro e organizado, a mudança teve por principal objetivo facilitar a busca de informações. Partindo de uma pesquisa disponibilizada no *site* para os usuários, a equipe técnica procurou ampliar a interface da Justiça Federal da 4ª Região com seu público.

Fácil de navegar

Novas áreas foram criadas, e os menus foram reordenados com o objetivo de facilitar o acesso aos serviços, informações e conteúdos. Os serviços mais procurados pelo cidadão estão na capa do Portal, sob o título “Serviços” e apresentam *link* direto para suas funcionalidades.

A consulta processual unificada segue em área de principal importância no *site*. Já as atividades institucionais com forte apelo junto ao jurisdicionado ganharam a área “Destaque” para sua divulgação, facilitando a comunicação entre o órgão do judiciário e a população da Região Sul.

Reunidos na aba “Serviços Judiciais” do menu, encontram-se organizados os serviços judiciais oferecidos à comunidade jurídica e ao jurisdicionado da 4ª Região. De forma direta e objetiva, os menus ganharam acesso simplificado às áreas de interesse do usuário do Portal.

Na aba “Institucional”, o usuário encontra as principais informações sobre o TRF, seus magistrados e atividades desenvolvidas no âmbito da Região Sul.

As notícias ampliam seu espaço. Decisões que atingem o dia a dia da sociedade, que formam a jurisprudência da Justiça Federal na 4ª Região, ações institucionais, campanhas, eventos, seminários e informações sobre o funcionamento dos serviços do tribunal estão disponíveis para consulta a qualquer momento.

Por meio da TRF4TV você pode acompanhar as matérias produzidas pela equipe do Programa Via Legal na Região Sul. São reportagens que fazem parte do programa nacional produzido pelo Conselho da Justiça Federal, juntamente com os cinco TRFs do país, que aqui na 4ª região, repercutem as principais decisões do TRF4. O objetivo do TRF4TV é

“Um portal de fácil navegabilidade, com serviços fáceis de serem encontrados, disponíveis, também é garantia de acesso à Justiça, e mais uma ferramenta de aproximação e prestação de serviço para a sociedade.”

Desembargadora Federal
Marga Inge Barth Tessler

trazer para a tela do portal todos os “atores” envolvidos no processo, mostrando de que forma as decisões da Justiça Federal influenciam a vida das pessoas.

Outra novidade do Portal é a TRF₄RÁDIO, que disponibiliza para os usuários e emissoras de rádio “spots” de áudio com notícias, que podem ser utilizados gratuitamente.

A participação do TRF nas redes sociais também ganhou seu espaço no Portal. Na base do *site* há *links* para as áreas do TRF₄ no Facebook, Twitter e Youtube. Já os conteúdos do Portal podem ser facilmente compartilhados nas redes sociais por meio de *links* de compartilhamento disponíveis em todas as páginas do Portal.

Os “Avisos”, que mantêm os advogados e as partes sempre bem informados sobre o cotidiano do TRF, também ganharam mais espaço e destaque.

O Novo Portal é o resultado das ações de um grupo de trabalho coordenado pela Diretoria-Geral do TRF₄ que envolveu a Presidência da Corte, as áreas de Tecnologia da Informação (TI) e as Assessorias de Comunicação Social do TRF e das Seções Judiciárias. Contou, ainda, com o respaldo do Comitê de Informática e do Conselho de Administração da corte.

O Portal está em permanente evolução. Baseado em uma visão contemporânea da web, o novo *site* é dinâmico e trará, sempre que necessário, novos conteúdos e atualizações em sua navegação.



www.trf4.jus.br

Trf4 nas Redes Sociais Curta e compartilhe o TRF4

Setembro de 2012 O TRF4 lança oficialmente sua *fanpage* no *site* Facebook, a maior rede social do mundo.

Para o TRF4, a comunicação realizada por meio da rede social é mais uma ferramenta a ser usada como aproximação e prestação de serviço. A comunicação com a sociedade é uma das metas estratégicas do Poder Judiciário, determinadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Na página do TRF4, informações sobre concursos, notícias de decisões importantes, serviços que estão disponíveis ao cidadão, podendo compartilhar o conteúdo com outros usuários. Além disso, eventos, fotos e vídeos.

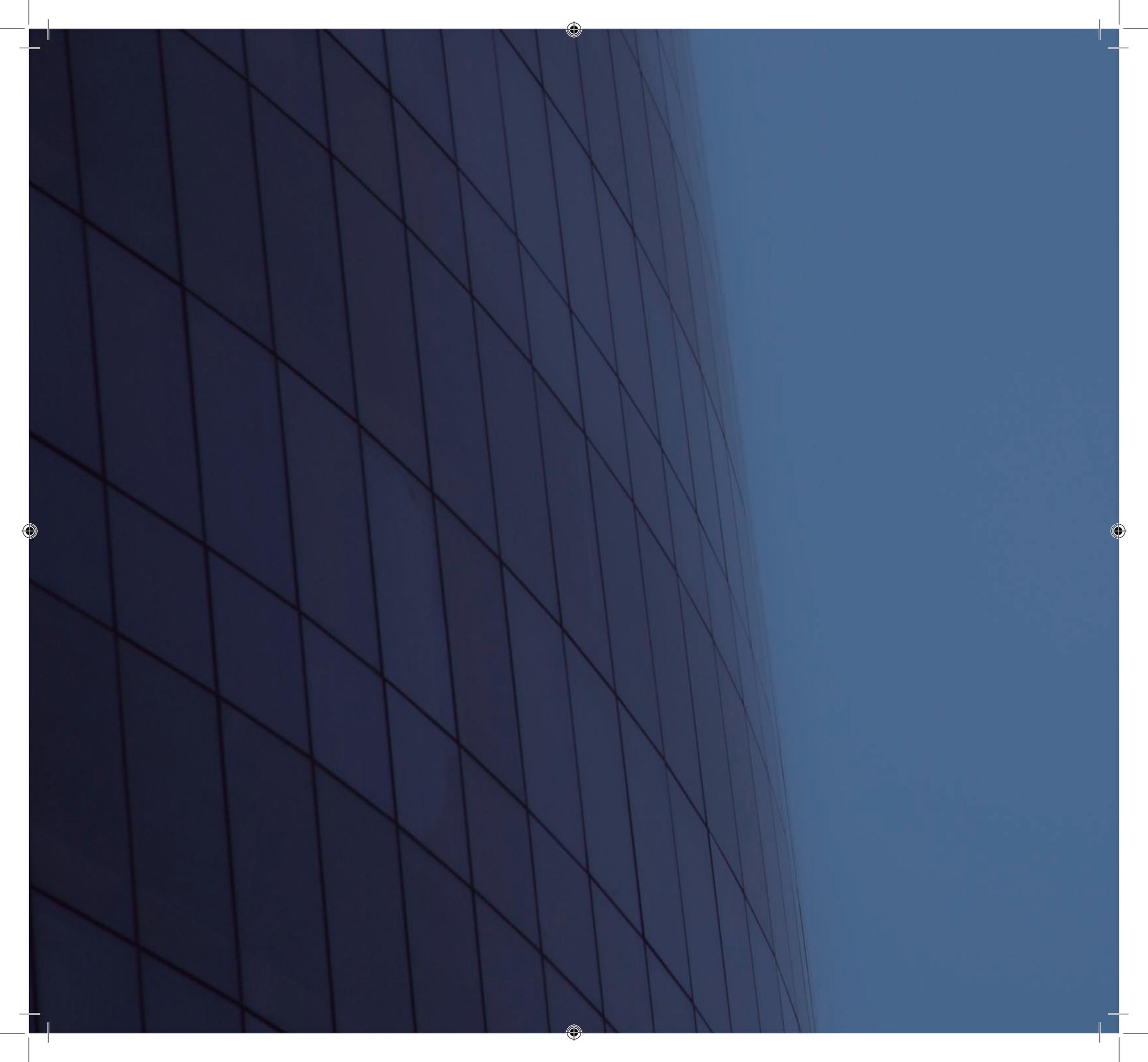
O TRF4 investe na produção de conteúdo para seus “curtidores”, trazendo informação *online* de forma direta, proporcionando também interação com outros órgãos e instituições que estão na rede.

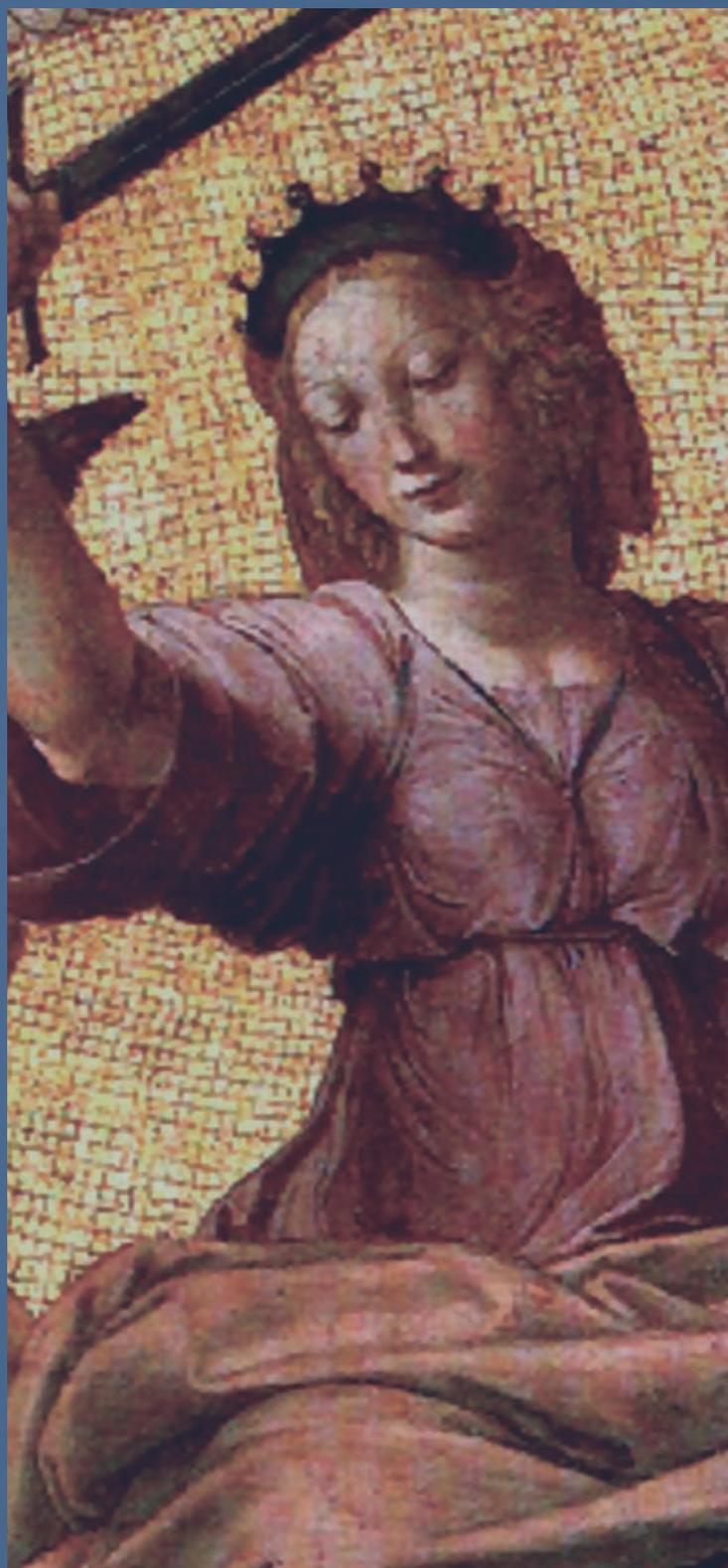
O endereço é www.facebook.com/TRF4.oficial. A *fanpage* também pode ser acessada no novo Portal da Justiça Federal da 4ª Região.

Além do Facebook, siga o TRF4 no Twitter e acesse no Youtube.



“Somos considerados o tribunal mais virtual do país por termos quase dois milhões de processos eletrônicos distribuídos, por isso, não poderíamos deixar de usar também esta ferramenta virtual que proporciona uma interação com o cidadão”.
Desembargadora Federal Marga Inge Barth Tessler





transparência

A transparência no Judiciário é uma exigência da sociedade. Ao longo de sua história, o TRF₄ vem criando mecanismos para garantir total visibilidade do trabalho desenvolvido para a sociedade. Entre 2011 e 2013, os sistemas foram aperfeiçoados e modernizados.

Hoje, é possível encontrar a maioria das informações no próprio Portal do TRF₄. A Ouvidoria do tribunal é outro caminho disponível. O setor se capacitou para responder a todas as exigências da recente Lei de Acesso à Informação Pública.

E a mais nova ferramenta de transparência é a transmissão das sessões de julgamento e eventos ao vivo pela internet.



Sessões de Julgamento ao vivo

O TRF4 investe na transparência para fortalecer o acesso à justiça, à informação e à prestação do serviço público com a implantação do sistema que permite o acompanhamento das sessões de julgamentos ao vivo via internet. Os usuários também poderão assistir *online* aos eventos do tribunal.

O sistema proporciona uma solução para captura, edição e transmissão de áudio e vídeo, em padrão digital. As notas taquigráficas serão substituídas pela gravação do julgamento do processo. A própria gravação em áudio e vídeo do julgamento também será juntada ao sistema eletrônico processual.

Todas as sessões de julgamento, gabinetes de desembargadores federais, plenário, secretarias de turma, auditório, sala da Escola da Magistratura e demais diretorias do tribunal estão equipadas para o acompanhamento dos trabalhos ao vivo.





Ouvidoria e acesso à informação

A Ouvidoria é um canal de comunicação permanente entre o TRF4 e a sociedade. O cidadão pode ter acesso a informações públicas ou processuais, elogiar, reclamar e enviar sugestões sobre a atividade jurisdicional do tribunal.

Cada solicitação passa a ser um processo administrativo eletrônico, no Sistema Eletrônico de Informação (SEI). O pedido fica registrado e pode ser acompanhado virtualmente até a resposta ao usuário.

O Ouvidor na gestão, desembargador federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira, coordenou as atividades das Ouvidorias da 4ª Região, dando continuidade ao processo de sensibilização junto aos gabinetes e setores, salientando a importância da brevidade da resposta ao interessado.

O setor também respondeu por demandas geradas pela Lei nº 12.527/2011, que dispõe sobre o Acesso à Informação Pública, atendendo ao público e orientando sobre a forma de obter informações sobre o funcionamento interno da instituição.

Livro comemora 10 anos

Dezembro de 2011

A Ouvidoria lança um livro comemorativo intitulado “Ouvidoria Judicial: uma década de atuação no TRF da 4ª Região”. A obra teve como principal objetivo colaborar para a produção de doutrina acerca da matéria no Poder Judiciário.

Qualificação

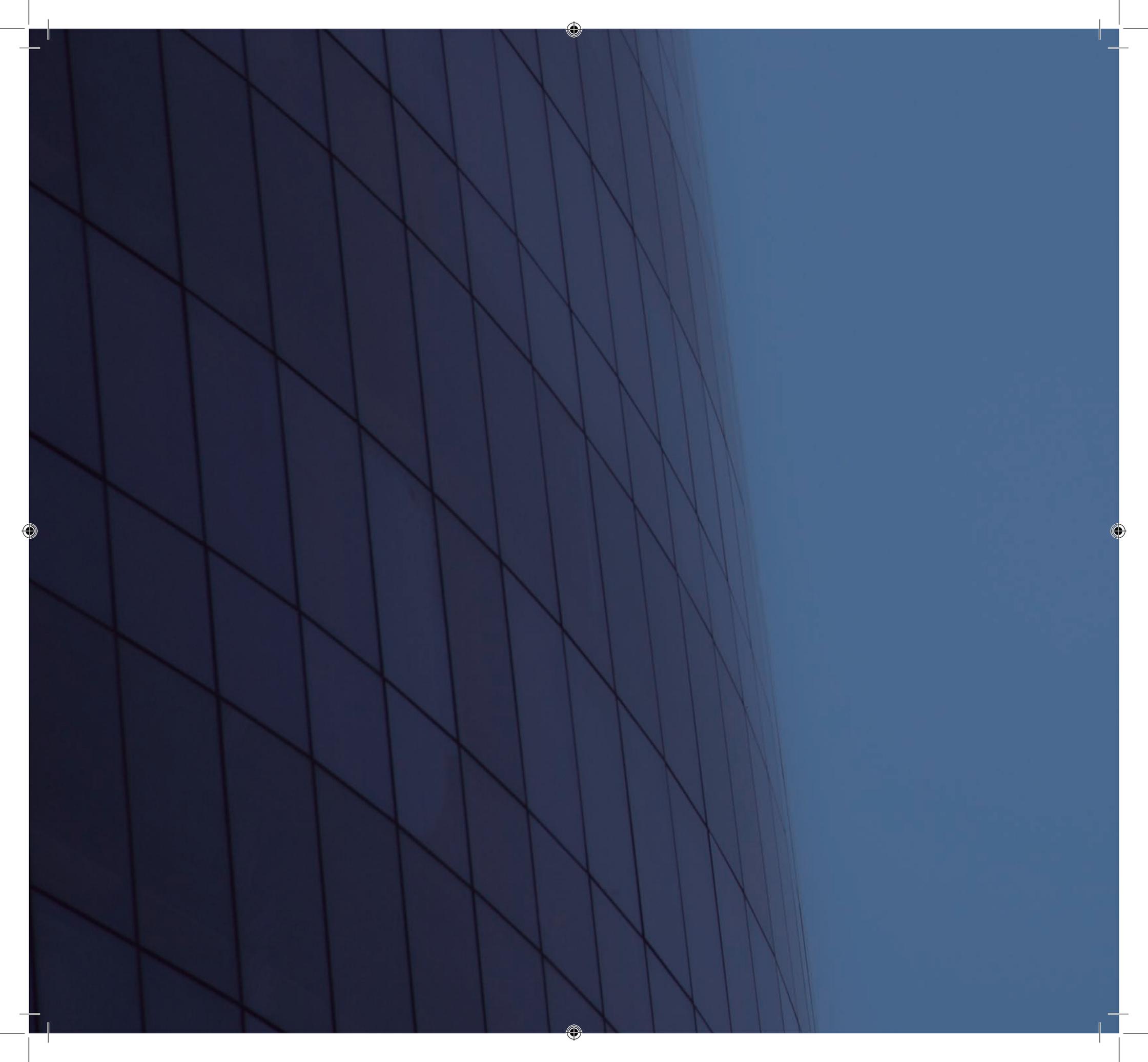
Setembro de 2012

A I Jornada de Ouvidores e Ouvidorias Públicas do Tribunal Regional Federal da 4ª Região contou com a participação de diversos Tribunais e órgãos públicos do país. O evento atendeu à demanda por capacitação dos servidores atuantes no setor, possibilitando troca de experiências com outras ouvidorias públicas e, com isso, qualificando o atendimento prestado à sociedade.

Temas como Acesso à Informação Pública, estrutura e funcionamento de ouvidorias públicas, papel das ouvidorias, dentre outros, foram debatidos durante o encontro que contou com a palestra de abertura do Ouvidor-Geral da União, Dr. José Eduardo Elias Romão.

A equipe da Ouvidoria do TRF4 participou do “4º Encontro Nacional de Ouvidorias da Justiça do Trabalho”, na Justiça do Trabalho da 4ª Região. No evento, o desembargador federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira proferiu palestra sobre a estrutura e o funcionamento da Ouvidoria do tribunal.

Houve um investimento na capacitação da equipe da Ouvidoria, que participou do “7º Seminário Nacional de Ouvidores e Ouvidorias”, na cidade de Curitiba, promovido pelo Instituto Brasileiro Pró-Cidadania. O evento contou com a presença de nomes de expressão ligados à área, tanto do setor público como do privado.





pessoas

O constante aperfeiçoamento de magistrados e servidores é uma meta do TRF4. A Administração investe em cursos, seminários e palestras, buscando a atualização e a qualificação de todos para uma prestação jurisdicional eficiente.

Nos últimos dois anos, propostas inovadoras de difusão do conhecimento foram implantadas. Um dos exemplos é o novo Programa de Desenvolvimento Gerencial, o PDG, que teve sua excelência reconhecida pela Corregedoria da Justiça Federal.

Já o Programa de Vitaliciamento trouxe uma abordagem inédita, com uma visão mais humanista para aprimorar a formação dos juízes em início de carreira.



TRF4: espaço de justiça e cidadania | Gestão 2011 – 2013

Novo Programa de Desenvolvimento Gerencial PDG

Inovar Para Capacitar

Para investir no desenvolvimento das pessoas, o TRF4 aposta na reformulação do Programa de Desenvolvimento Gerencial, o PDG, que passa a ser mais focado na aplicação do conhecimento no contexto organizacional. O objetivo é mapear o trabalho, identificar os problemas e as boas práticas e transformar todo o conhecimento em ações para melhor gestão do tribunal.

O conteúdo do PDG foi especializado em três grandes áreas:

- políticas estratégicas no âmbito da administração
- gestão do processo eletrônico na área judicial
- desafio da gestão de pessoas

PDG em números

30 reuniões de diagnóstico

10 oficinas e *workshops*

214 participantes

200 dias

126 fluxos de processos mapeados

194 horas/aula

Exames periódicos: uma oportunidade para cuidar da saúde

Foi autorizada nesta gestão a realização de exames periódicos para magistrados e servidores das três Seções Judiciárias (RS, SC e PR). O objetivo é a prevenção e o tratamento de doenças para uma melhor qualidade de vida no trabalho e fora dele. O exames não são obrigatórios, mas podem ser uma excelente oportunidade para cuidar da saúde, sem gastar com isso. As avaliações médicas serão custeadas pela Administração do TRF4.



Escola da Magistratura

O Ensino

Formação inicial e continuada, com caráter multidisciplinar para os magistrados da 4ª Região. Essa tem sido a busca da Emagis, começando pelo processo de vitaliciamento e o acompanhamento dos juízes ao longo da carreira. Durante a gestão, foram promovidas diversas atividades de ensino com temas relevantes.

No Seminário de Direito Comparado Brasil-Estados Unidos: Direito Administrativo, Ambiental e Penal, foram discutidos temas de interesse comum aos dois países. Três professores americanos, da American University, Keith Henderson, Jeffrey Lubbers e Willian Snape, falaram das experiências desenvolvidas em suas nações.

O Seminário sobre Tráfico Internacional de Seres Humanos abordou a questão atual que tem acontecido em larga escala mundial. Autoridades no assunto falaram sobre a utilização do ser humano como um objeto, configurando uma exploração, com a finalidade de obter algum benefício.

Concurso: etapas *online*

Reduzir custos e otimizar o trabalho dos servidores. Com esse propósito, a Escola da Magistratura (Emagis) informatizou vários procedimentos do concurso para juiz federal substituto. Em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação, os processos de inscrição preliminar e de interposição de recursos administrativos foram virtualizados.

A virtualização não só facilitou a inscrição e o acesso dos candidatos, como possibilitou a extração de relatórios com número de candidatos inscritos por local de prova, por idade, por gênero e por profissão, por exemplo.

A informatização conferiu isonomia de oportunidades entre os candidatos, visto que todos têm acesso ao mesmo tempo sem necessidade de locomoção. Permitiu também, a economia de papel já, que nada mais necessita ser impresso.



Programa de vitaliciamento

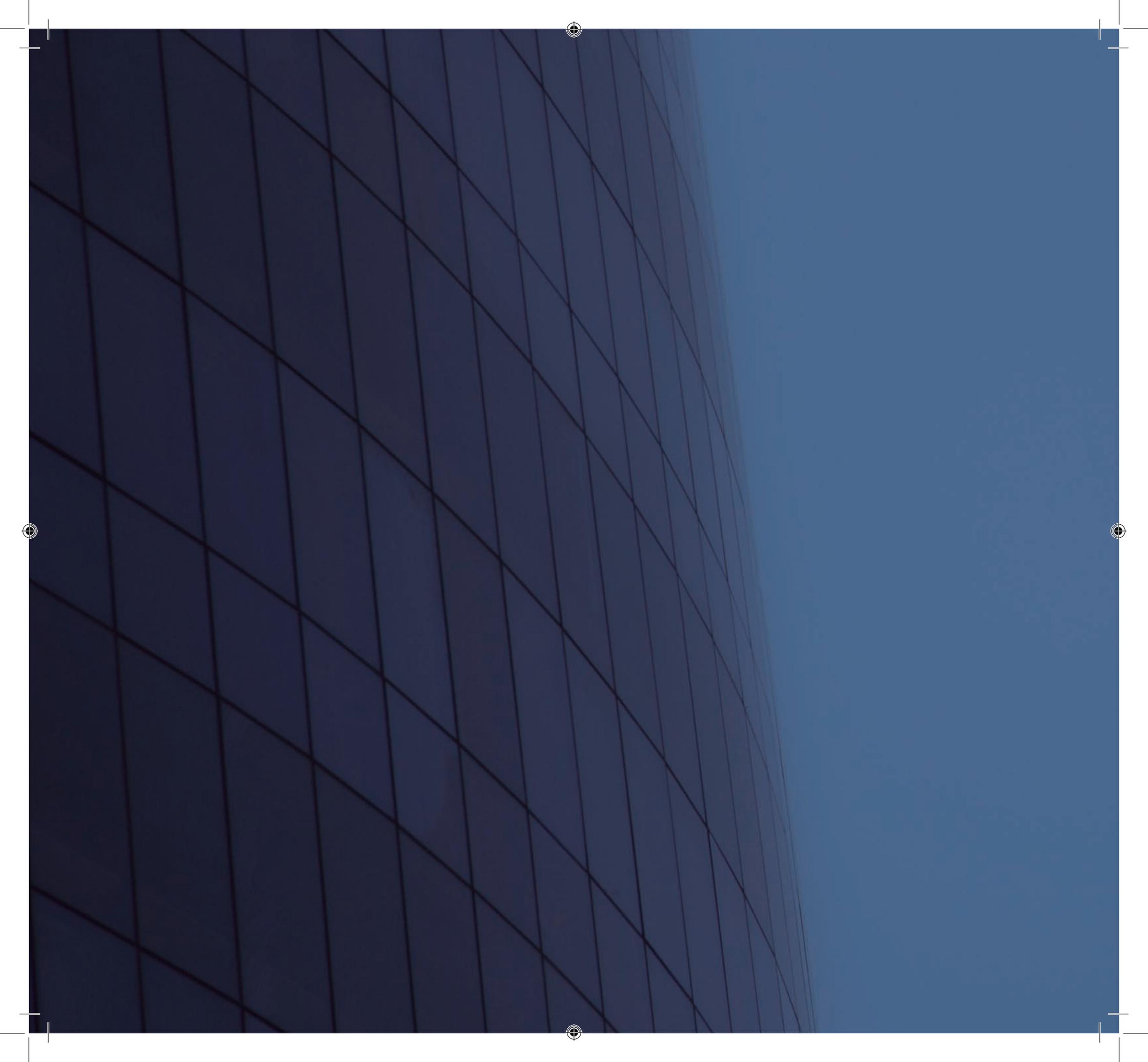
O vitaliciamento de 23 juízes substitutos que atuam em varas federais do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná e que iniciaram a carreira na magistratura em junho de 2011 teve uma nova face nessa gestão.

A Corregedoria fez uma abordagem inédita, envolvendo os setores de psicologia do TRF4, juízes federais colaboradores e os próprios magistrados vitaliciandos.

Foram trabalhados fatores psicológicos e estimulada a busca do autoconhecimento e da empatia. Com uma visão mais abrangente, buscou-se promover o desenvolvimento pessoal e boa condução do exercício da judicatura.

A inclusão de novas áreas do conhecimento no programa, como a psicologia e o teatro, proporcionaram uma dinâmica diferente nos trabalhos, buscando uma visão integrada do ser humano.

Previsto na Constituição Federal, o processo de vitaliciamento objetiva orientar, acompanhar e avaliar os juízes durante os dois primeiros anos de exercício do cargo.





TRF₄ sustentável

Sintonizado com a necessidade de desenvolver ações sustentáveis na administração pública, o TRF₄ possui uma Política de Gestão Ambiental desde 2000, que foi continuada e ampliada nos últimos dois anos.



TRF₄ Sustentável

Atitude ecológica no dia a dia da Justiça:

- Substituição gradual das lâmpadas fluorescentes por modelos de LED, ecologicamente corretos;
- Troca das cortinas de PVC por persianas em tecido refletivo de luz solar, visando ao melhor conforto térmico e visual;
- Incentivo à iluminação e ventilação natural dos ambientes, mediante a colocação de sensores de presença de iluminação e a instalação de interruptores individualizados de ar condicionado, para utilização apenas quando necessário;
- Manutenção preventiva e corretiva dos elevadores, objetivando melhor desempenho e economia;
- Recondicionamento das máquinas de refrigeração, do gerador de energia e do sistema de automação;
- Eliminação do uso de copos plásticos no tribunal;
- Redução na aquisição de materiais de escritório;
- Descarte adequado dos *toners* usados de impressora.

Dia do meio ambiente 2012

No dia 5 de junho de 2012, Dia Mundial do Meio Ambiente, o TRF₄ sediou a III Semana Interinstitucional do Meio Ambiente. O evento reuniu 12 instituições para um dia de palestras, abordando temas relacionados ao meio ambiente.

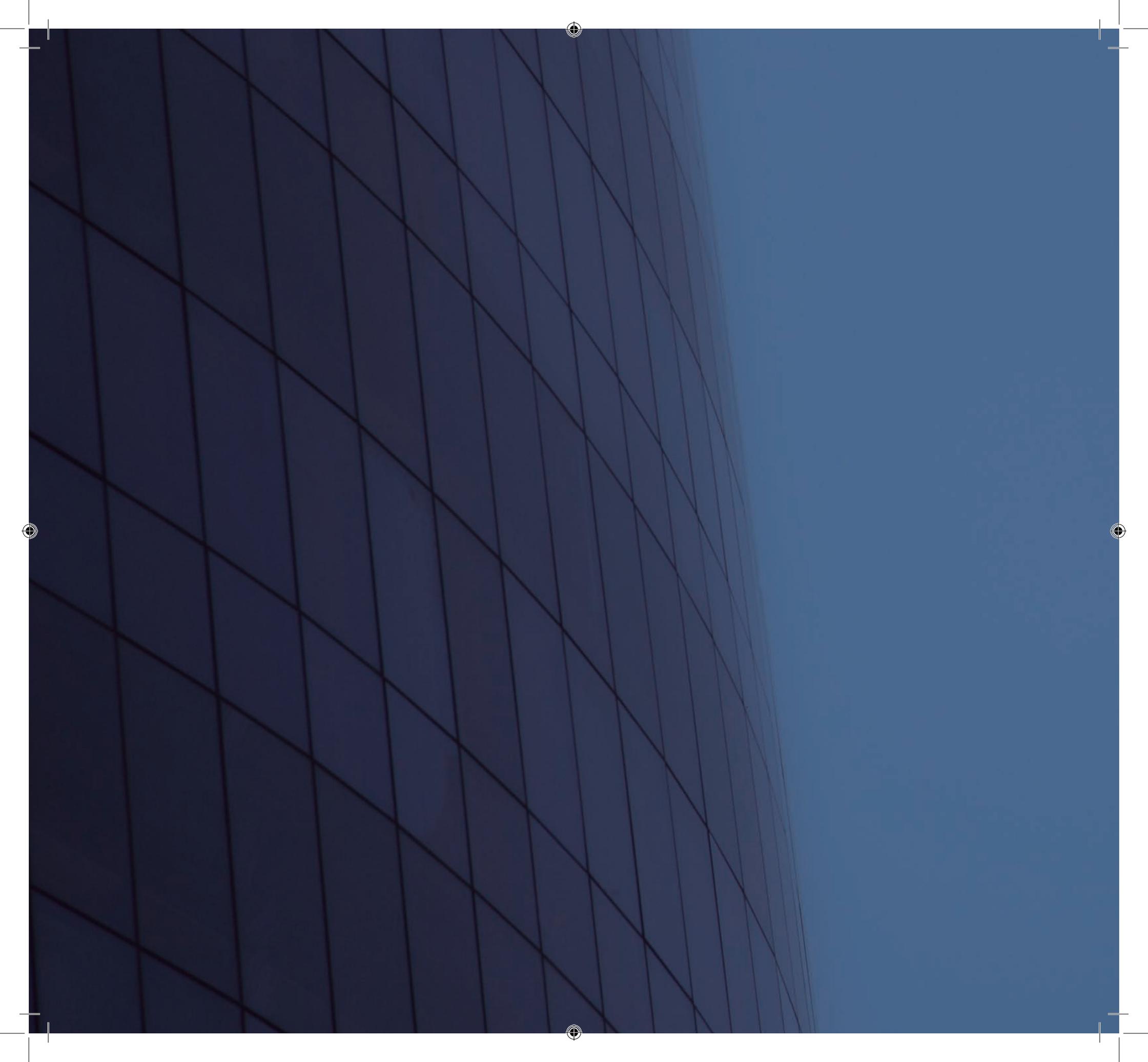
Licitações sustentáveis, o papel do Judiciário frente à sustentabilidade, política nacional de resíduos sólidos, sustentabilidade na administração pública e edificações sustentáveis foram alguns dos assuntos discutidos no evento.

Os representantes dos órgãos participantes também assinaram um Termo de Cooperação para promoção de ações socioambientais, que inclui a troca de informações e atos conjuntos de estímulo e socialização de projetos entre as instituições envolvidas.

GISA

O TRF₄ também faz parte do Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental (GISA). A entidade reúne 12 instituições públicas e tem como objetivo promover a conscientização ambiental na gestão pública, provocando reflexão e gerando mudanças de conduta nas ações de sustentabilidade dentro dos órgãos.

Além do TRF₄, o grupo é composto pelas seguintes instituições: Ministério Público do RS, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Tribunal Regional Eleitoral do RS, Tribunal de Contas do RS, Tribunal de Justiça Militar do RS, Associação dos Juizes do RS (Ajuris), Procuradoria-Geral do Estado do RS, OAB/RS, Procuradoria Regional da República da 4ª Região, Ministério Público do Trabalho da 4ª Região e Ministério Público de Contas na 4ª Região.





relações institucionais

Relacionamento harmônico com as instituições, parcerias para facilitar o trabalho e proporcionar mais rapidez e eficiência processual, compartilhamento de informações e conhecimento, troca de ideias para uma gestão judiciária qualificada e moderna. Com estes propósitos, a Administração do TRF4 abriu as portas para receber as pessoas e as instituições que representam a sociedade.



Ex-prefeito de Joinville, Carlito Merss, e o ex-presidente da OAB/Joinville, Miguel Teixeira Filho.



Ex-presidente do TJ Militar, Geraldo Anastácio, e o novo presidente eleito, João Panderlan Rodrigues Vieira.



Comando Militar do Sul, da AGU e da Assessoria Jurídica do Gabinete do Comandante.



A presidente do TRT4, desembargadora Maria Helena Mallmann, e o desembargador Hugo Carlos Scheuermann (então candidato à vaga do TST).



Representantes do TJ-ES para assinatura de cedência do SEI.



Representantes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).



A senadora do RS Ana Amélia Lemos e comitiva de representantes de Ijuí.



Professor João Biehl, da Universidade de Princeton.



Videoconferência com o presidente do TRF3, desembargador federal Newton de Lucca, para assinatura de convênio de uso do SEI.



Professores Wremyr Scliar e Fabrício Pozzebon, da PUCRS.



Inauguração de JEFA de São Borja e Subseção da OAB de São Borja.



Recebeu Thales Stucky e Rafael Nichele, respectivamente presidente e vice-presidente do Instituto de Estudos Tributários (IET).



Leo Iolovitch.



Inauguração do painel do Desembargador Federal Aposentado Vilson Darós.



Aula Magna do ministro Gilson Dipp.



Palestra sobre Projeto de Jurisdição e Responsabilidade sócio ambiental do TRF4 na Rio+20.



Assinatura de termo de cooperação técnica Brasil-Argentina.



Cerimônia de comemoração pelo Prêmio Innovare no TRF4.



Assinatura de convênio com a OAB/RS (SEI, eproc e intimações).



Homenagem recebida na Câmara Municipal do Rio Grande (RS).



Inauguração da 2ª Vara Federal e do Cejuscon em Erechim (RS).



Instalação de Unidade Avançada de Atendimento em Jaguarão (RS).



Ministrou a palestra "O Judiciário e o uso racional de medicamentos" na Justiça Federal do Paraná e na OAB/PR.



Prêmio Innovare edição IX do evento na OAB-RS.



Flávia Malucelli, da Academia Paranaense de Direito Ambiental.



Desembargador Luiz Felipe Silveira Difini, Diretor da Escola Judiciária Eleitoral, e servidor Rafael Morgental Soares.



Seminário Brasil-EUA



Reunião com Rosângela Silveira de Oliveira, da AGU, para tratar de convênio da AGU com o TRF4.



Conselheiro do CNJ Bruno Dantas para tratar sobre atuação do Judiciário durante a Copa do Mundo.



Seminário sobre Improbidade Administrativa, ministro Gilmar Mendes.



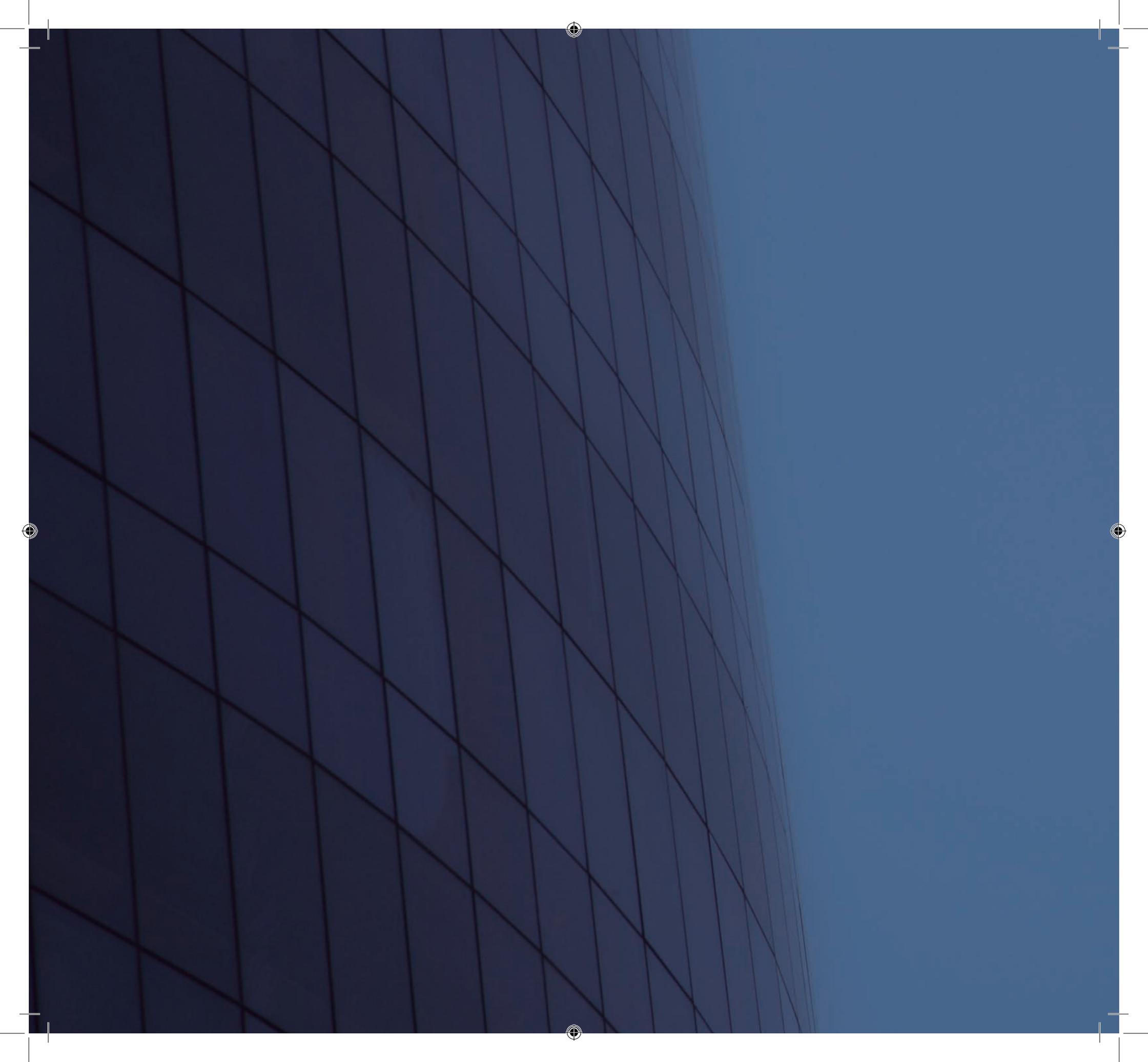
Procurador-Geral da União da Advocacia-Geral da União, Paulo Henrique Kuhn.

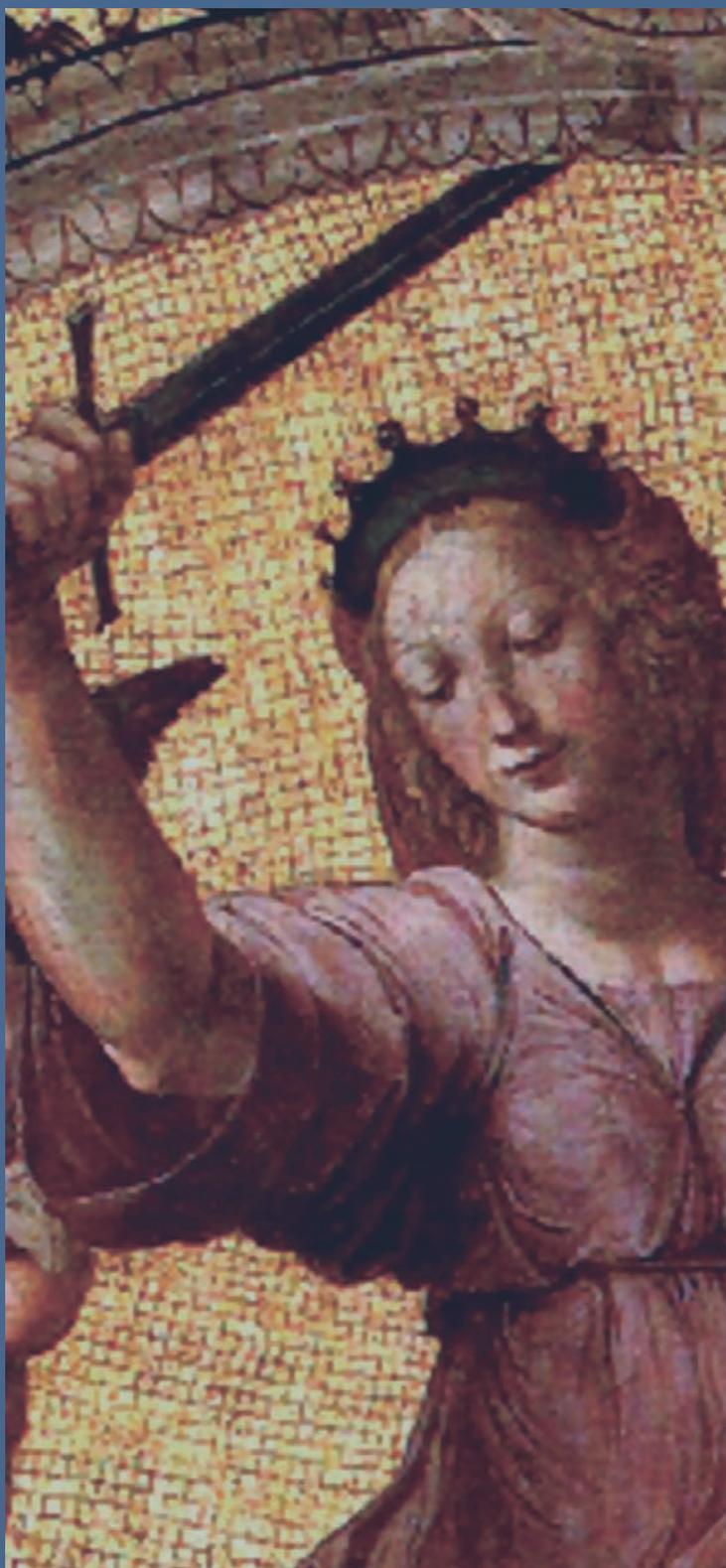


Inauguração da Vara Federal de Foz do Iguaçu.



Avaliação da participação do TRF4, na Rio+20.





reconhecimento

Um tribunal que é referência em efetividade, agilidade e inovação tecnológica. São inúmeros os prêmios e títulos de reconhecimento angariados pelo TRF4 ao longo dos anos. Resultado de uma trajetória de trabalho, planejamento e de uma gestão responsável e qualificada.

Neste período, entre 2011 e 2013, continuamos colhendo os frutos do esforço conjunto e partilhado entre magistrados e servidores. Somos reconhecidos no Judiciário como modelo em diversas áreas, e reconhecemos todos aqueles que contribuíram para essa história.

Reconhecimento aos desembargadores aposentados

A sessão solene do Pleno do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) prestou homenagem aos desembargadores federais aposentados Silvia Goraieb, Élcio Pinheiro de Castro e Wilson Darós.

Representando os homenageados, Darós, que foi presidente do TRF4 no biênio 2009-2011, agradeceu aos colegas e aos servidores pelas realizações e salientou as semelhanças entre as carreiras dos jubilados. Contou que todos começaram na advocacia e, posteriormente, ingressaram na magistratura por meio de concurso público, “exercendo a jurisdição com independência, honradez, ética, postura ereta, buscando sempre a efetividade”.

Para Darós, os três vivenciaram o crescimento da Justiça Federal da 4ª Região, “reconhecida como referência no Judiciário do país”.



TRF4 é considerado o melhor tribunal federal do país

Uma pesquisa divulgada no dia 10 de outubro de 2012 pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) apontou o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) como o primeiro colocado entre os tribunais da Justiça Federal do Brasil. O índice de desempenho da Justiça (IDJus) obtido pelo TRF4, que engloba os estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, ficou em 66,1%.

O IDJus do TRF4 é superior ao índice geral obtido pela Justiça Federal brasileira, que ficou em 50,9%. Os outros tribunais federais ficaram assim classificados: TRF3, com 63,4%; TRF5, com 51,9%; TRF2, com 37,5%; e TRF1, com 28,3%.

Índice mede o grau de desenvolvimento do Judiciário

O IDJus, desenvolvido pelo Centro de Pesquisas sobre o Sistema Judiciário Brasileiro (CPJus), é um indicador que mede o grau de desenvolvimento da Justiça, possibilitando a mensuração das diferenças de produtividade e eficiência existentes entre os segmentos do Poder Judiciário. O índice utiliza a mesma metodologia adotada pelas Nações Unidas para a construção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ele varia entre zero e 100 e, quanto mais desenvolvida e eficiente a Justiça, mais próximo de 100 será o seu indicador.

A pesquisa completa pode ser consultada na página do IDP/CPJus (<http://cpjus.idp.edu.br/>).

Emagis e Via Legal vencem Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

A produção científica da Escola da Magistratura (Emagis), o programa e a revista Via Legal foram vencedores do Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, promovido pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ) com o objetivo de reconhecer e disseminar as melhores práticas de comunicação pública na Justiça brasileira.

2011

Na 9ª edição do prêmio, o TRF4 ficou em primeiro lugar na categoria Projeto Científico. O artigo “Planeta Memória: a relevância da comunicação como ferramenta de responsabilidade histórica da Justiça brasileira”, de autoria do jornalista Leonardo Schneider, servidor da Emagis, expõe um painel com visões diferenciadas de pensadores que abordaram o tema da memória ao longo dos séculos.

Já o programa Via Legal levou o primeiro lugar na categoria Programa de TV. Produzido pelo Centro de Produção da Justiça Federal (CPJUS) – coordenado pelo Conselho da Justiça Federal, em Brasília, com a parceria dos cinco TRFs do país.

2012

O programa de televisão Via Legal e a revista Via legal venceram o 10º Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça nas categorias Programa de TV Nacional e Revista.

Há mais de 10 anos no ar, o programa Via Legal consolidou sua importância ao mostrar os direitos dos cidadãos. Já em 2008, foi lançada a Revista Via Legal. A publicação impressa, com periodicidade quadrimestral, é fruto da mesma parceria que leva ao ar a versão televisiva. O periódico pode ser lido também pela Internet, em <http://www.jf.jus.br/cjf/comunicacao-social/informativos/revista-via-legal>.

Projetos do TRF4 são premiados na IX edição do Prêmio Innovare em 2012

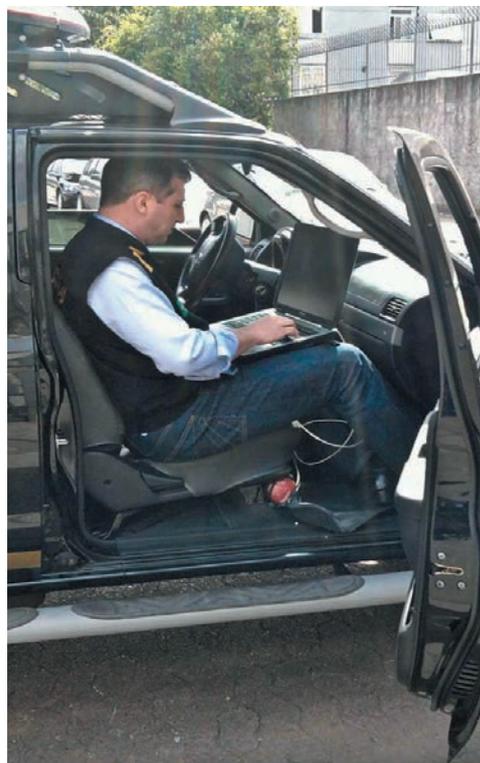
A presidente do TRF4, desembargadora federal Marga Barth Tessler, recebeu dois prêmios de menção honrosa na categoria Tribunal no IX Prêmio Innovare. O reconhecimento foi pelas práticas “Inquérito Policial Eletrônico” e “Trabalho Educativo como Forma de Reinserção Social de Jovens em cumprimento de medida socioeducativa”. A premiação aconteceu na sede do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, em 7 de novembro de 2012.

Foram avaliadas mais de 400 práticas, oriundas de todo o país, em seis categorias diferentes: Tribunal, Juiz, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia e Prêmio Especial.

Inquérito policial eletrônico

Com a implantação do eproc, a fase de inquérito policial também passa a ser virtual e, com isso, o sistema garante mais celeridade aos processos criminais, encurtando distâncias com mais agilidade no trâmite e economia do dinheiro público.

Após dois projetos-pilotos desenvolvidos no final de 2009, um em Rio Grande (RS) e outro em Foz do Iguaçu (PR), os inquéritos e as ações penais passaram a ser totalmente virtuais em todo o Judiciário Federal da Região Sul a partir de fevereiro de 2010.



“É gratificante, porque estou tendo a chance de seguir uma carreira através dessas aulas. Aprender uma nova profissão é muito motivador e me dá novas oportunidades que nunca imaginei que teria”.

Angelo Miguel Amaral Marinho, estagiário do PET no setor de informática do TRF4 e aprendiz de garçom

Os processos são totalmente virtuais, eliminando o uso do papel. A adoção da prática contribui para a sustentabilidade e para o meio ambiente, reduzindo custos e tempo, não apenas para a Justiça, mas também para o Ministério Público Federal e para a Polícia Federal.

Somente a Superintendência da Polícia Federal no RS estimou uma economia de aproximadamente R\$ 5 milhões no ano de 2010 com o uso do inquérito policial eletrônico. Além disso, desaparece a necessidade de deslocamento: por exemplo, uma prisão em flagrante efetuada no Chuí, na fronteira do Brasil com o Uruguai, pode ser distribuída e chegar instantaneamente ao juiz competente, que fica sediado em Rio Grande, a 270 km de distância. Se o processo fosse físico, ele só chegaria às mãos do magistrado depois de três horas.

Entre janeiro de 2010 e maio de 2012, já haviam sido distribuídos aproximadamente 23 mil inquéritos virtuais na 4ª Região, que engloba os estados do RS, de SC e do PR. Destes, cerca de 9,4 mil já foram finalizados.

Educação pelo trabalho

Desde 2004, um convênio firmado entre o TRF4 e a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (Fase/RS) garante uma nova oportunidade para jovens em cumprimento de medida socioeducativa restritiva de liberdade. No Programa de Educação pelo Trabalho (PET), os adolescentes em situação de vulnerabilidade social são preparados para o exercício do trabalho.

Eles fazem estágio nos gabinetes e nas unidades do TRF4. É por meio do trabalho que eles conquistam mais qualificação profissional para a vida depois da Fase.

Mais de 102 jovens entre 16 e 21 anos, com escolaridade mínima da 4ª série do ensino fundamental e matriculados na escola formal, já passaram pelo PET. Além disso, recebem acompanhamento permanente nas áreas psicossocial e pedagógica, com aulas de reforço escolar e de formação profissional.



“Nunca pensei que pudesse ter uma oportunidade dessas na minha vida. Hoje eu agradeço a todos do tribunal por essa experiência. Agora tenho condições para virar a página na minha vida e seguir adiante no meu novo futuro”.

Marcelo Nunes Pilar,
estagiário do PET
na Secretaria de
Recursos do TRF4

Virando a página: reescrevendo a própria história

Os estagiários do PET foram os mais novos escritores que autografaram suas obras na 57ª e na 58ª Feira do Livro de Porto Alegre, um dos maiores eventos literários da América Latina.

Dentro do programa, é desenvolvido o projeto “Virando a Página” – uma oficina semanal de leitura e produção textual criada e ministrada por uma servidora do TRF4 com formação em Letras. Nas aulas, os jovens desenvolvem o domínio da linguagem e resgatam a motivação pelos estudos e pela leitura.

Em 2012, assim como em 2011, foi lançado na Feira do Livro de Porto Alegre o livro “Virando a Página”. Na coletânea de textos produzidos pelos adolescentes, eles narram suas vidas, detalhando os anseios, os medos, os problemas, as dificuldades e as esperanças presentes no mundo de cada um.

Autoestima e profissionalização

Um dos maiores objetivos do PET é proporcionar oportunidades aos jovens e resgatar neles a autoestima e a confiança de poder mudar o rumo de suas vidas.

Para isso, são oferecidos cursos profissionalizantes e encaminhamento para o mercado de trabalho.

Nos últimos dois anos, três turmas de futuros garçons foram capacitadas por profissionais da área. Por meio de uma parceria com restaurantes de Porto Alegre, eles já saem do curso empregados. Mais de 10 estagiários do PET já estão formados como garçons e atuando no mercado de trabalho.



“É um privilégio da nossa turma estar aqui lançando um livro escrito por nós. Essa é a prova de que temos um potencial de fazer coisas boas e mudar as nossas vidas.”

Maicon Eduardo da Costa Martins, estagiário do PET falando em nome do grupo na 58ª Feira do Livro de Porto Alegre.

Pet é primeiro lugar no Prêmio Patrícia Acioli de Direitos Humanos

O PET do TRF4 recebeu Menção Honrosa no I Prêmio Patrícia Acioli de Direitos Humanos, promovido pela Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj). O PET foi reconhecido na categoria de “Práticas Humanistas”.

O prêmio busca incentivar as pesquisas acadêmicas e as práticas humanistas, reforçando o comprometimento do Judiciário em garantir a aplicação dos fundamentos da Constituição.

Projeto da JFRS vence prêmio Conciliar é Legal, do CNJ

O projeto “Mediação Pré-Citação em Desapropriações em Massa”, desenvolvido pelo juiz federal Jurandi Borges Pinheiro, foi o vencedor do II Prêmio Conciliar é Legal, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na categoria Justiça Federal. A premiação aconteceu em dezembro de 2011.

Mediar para resolver problemas

O projeto vencedor relatou os mutirões de conciliação realizados nos casos da ampliação da pista do Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, e na construção da BR 448, rodovia que servirá como alternativa à BR 116, ligando Porto Alegre a Sapucaia do Sul.

A mediação foi adotada em 230 desapropriações promovidas pela Infraero e pelo DNIT. Em apenas três semanas de audiências, entre dezembro de 2010 e abril de 2011, foi atingido o índice de composição amigável em 98% dos casos. As demandas foram encerradas definitivamente, e sem a prática de qualquer ato processual, além da homologação dos acordos.

A mediação judicial é aplicada antes da citação em processos de desapropriação em massa de imóveis para obras públicas, com a eliminação de procedimentos judiciais, por meio da prática de atos não no processo ajuizado, mas diretamente nos respectivos processos administrativos.

Festejando a história construída

45 anos

Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (JFRS)

Seção Judiciária de Santa Catarina (JFSC)

Seção Judiciária do Paraná (JFPR)

As três Seções Judiciárias comemoraram 45 anos neste biênio de gestão, ressaltando o presente, com suas inovações e conquistas, mas sem esquecer o passado. Foi feito um resgate histórico da memória institucional, reunindo depoimentos de pessoas que construíram o judiciário federal nos três estados do Sul do país.

Atividades culturais, exposições, peças de teatro, livros e vídeos, contaram a história da estruturação das varas nas capitais e no interior, valorizando a vivência dos magistrados e servidores. Também foram realizadas sessões solenes para marcar as datas dos aniversários.

25 anos da Subseção Judiciária de Rio Grande (RS)

A Justiça Federal comemorou 25 anos de instalação na cidade de Rio Grande (RS). A solenidade aconteceu no Plenário da Câmara de Vereadores do município e contou com a presença de autoridades locais, magistrados e servidores que ajudaram a construir a trajetória da instituição.

Na abertura do evento, a diretora do Foro local, juíza federal Andréia Castro Dias, apresentou à comunidade o projeto de Memória Institucional. "Preservar, registrar, documentar a história nos permite um melhor entendimento do presente e o planejamento do futuro", afirmou.



Eleita nova administração do TRF4

No dia 11 de abril de 2013, o Pleno do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) realizou a eleição da nova administração que irá assumir a corte no biênio 2013-2015. A sessão foi coordenada pela presidente do TRF4, desembargadora federal Marga Inge Barth Tessler.

A partir de 21 de junho, o desembargador federal Tadaaqui Hirose será o presidente do tribunal, e o desembargador federal Luiz Fernando Wowk Penteado, o vice-presidente. Além deles, o desembargador federal Paulo Afonso Brum Vaz foi escolhido como corregedor-regional, e o desembargador federal Celso Kipper, como vice-corregedor.

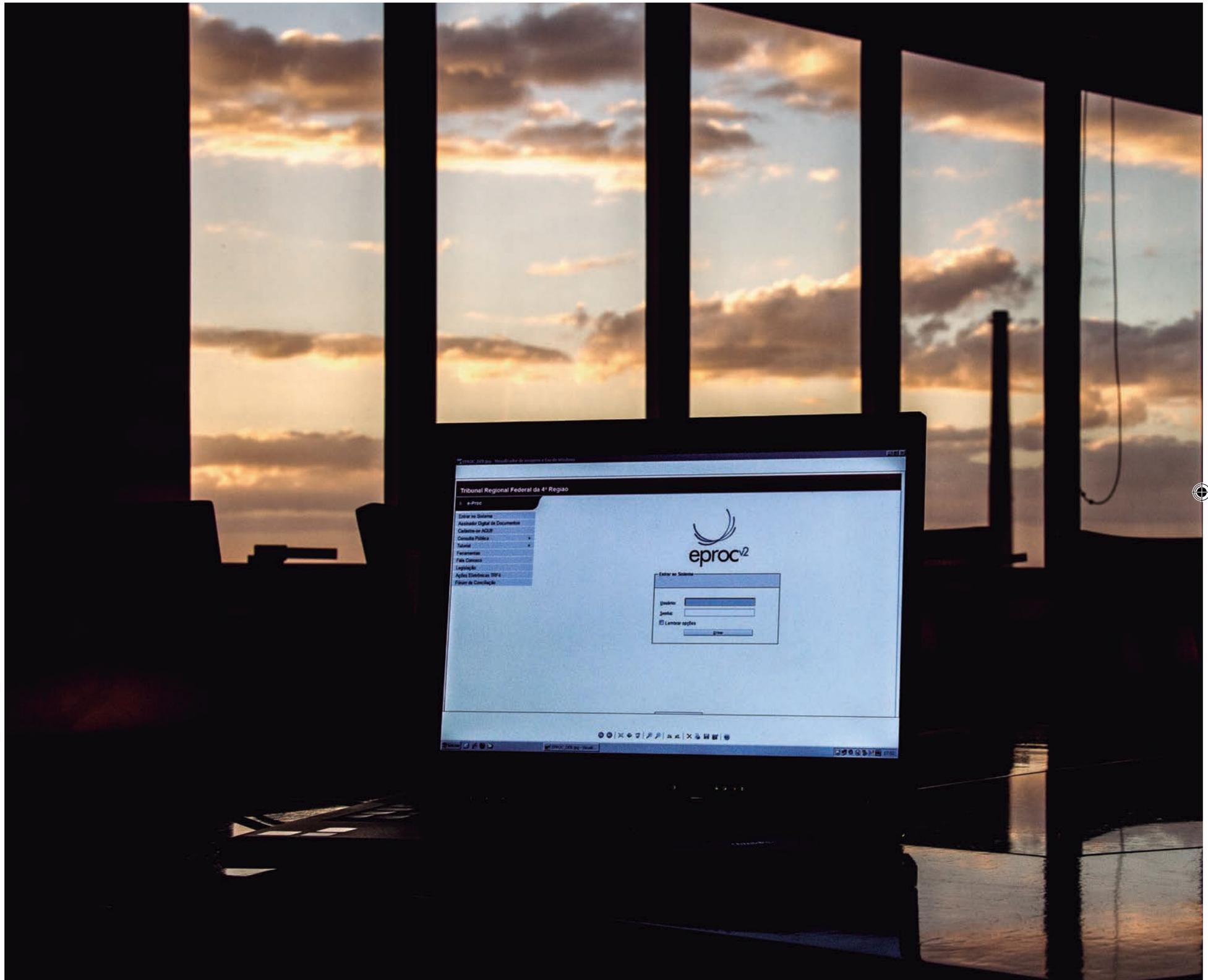
O desembargador federal Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz vai assumir a direção da Escola da Magistratura (Emagis) do TRF4, e os desembargadores federais Otávio Roberto Pamplona e Ricardo Teixeira do Valle Pereira serão os conselheiros.

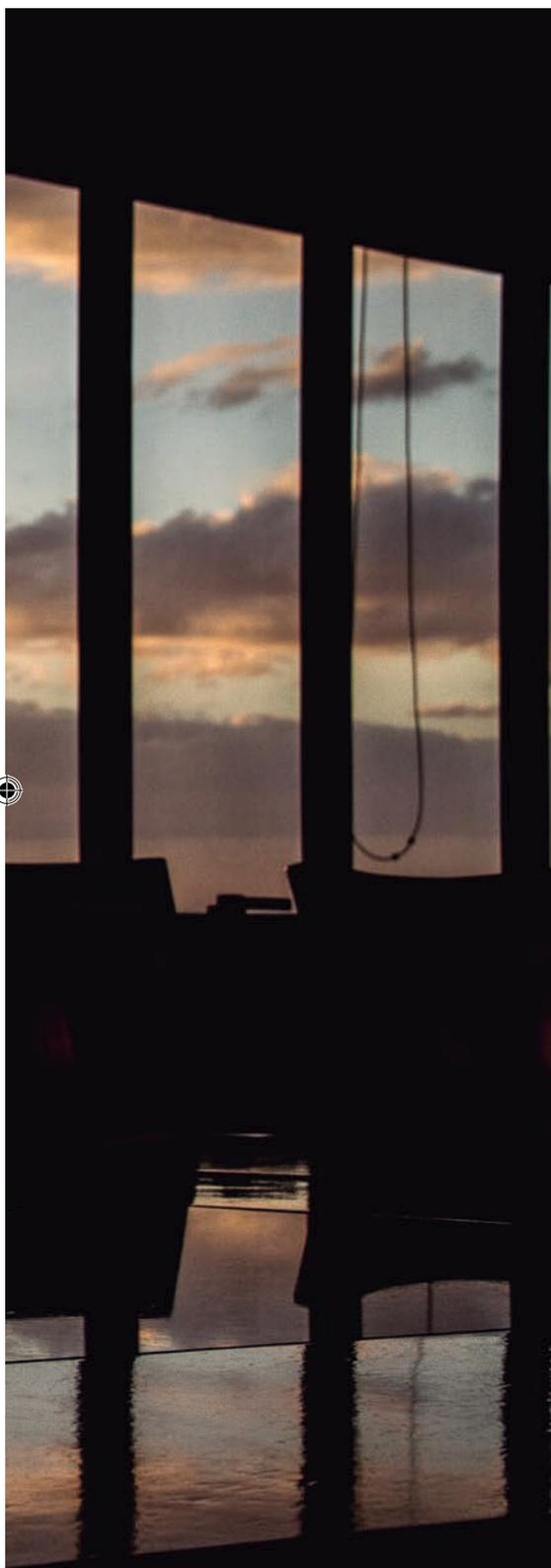
A Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais (JEFs) da Região Sul ficará a cargo do desembargador federal Victor Luiz dos Santos Laus, enquanto a vice-coordenação é da desembargadora federal Vivian Josete Pantaleão Caminha.

O desembargador federal João Batista Pinto Silveira vai dirigir o Sistema de Conciliação (Sistcon) da 4ª Região. Já a Ouvidoria ficará sob a direção do desembargador federal Rogério Favreto.

Para compor o Conselho de Administração do tribunal, foram eleitos os desembargadores federais Fernando Quadros da Silva e Ricardo Teixeira do Valle Pereira, como titulares, e Jorge Antonio Maurique e Vivian Josete Pantaleão Caminha, como suplentes.







“Mas as coisas findas
muito mais que lindas,
essas ficarão.”

Carlos Drummond de Andrade

Há exatos dois anos, ao assumir a Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, eleita que fui por aclamação, assumi o compromisso de continuar no caminho da excelência, unindo os meus esforços ao dos meus antecessores. Buscar ainda melhor desempenho. Cumprir as metas indicadas ao Judiciário Federal pelo Conselho Nacional de Justiça e cultivar elevados padrões de transparência. Pautar-me pela probidade e economicidade. Ter os olhos postos na sustentabilidade da instituição. Defender o seu elevado prestígio e conceito. Em resumo, ser fiel ao princípio republicano.

Da mesma forma que colhemos os frutos do passado, muitos dos investimentos feitos nesta gestão ainda estão por ser colhidos, e o serão pela Administração que ora assume. E de tudo o que foi feito, tenho uma certeza: ninguém faz nada sozinho. Deve ser proclamado que o possível mérito da Administração judiciária que se finda se deve ao esforço diário e à criatividade e persistência de muitas pessoas.

Deposito nas mãos da futura gestão esta joia que é o Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Tenho certeza do êxito da Administração que ora se inicia. Certamente, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região alcançará um desempenho ainda melhor. Desejo saúde pessoal, pois o esforço é grande. Se me perguntarem se valeu a pena, “tudo vale a pena se a alma não é pequena ...”. É a alegria da missão cumprida.

Desembargadora federal Marga Inge Barth Tessler
Presidente do TRF4





